

REVISTA DA OAB GO



ANO XXI - EDIÇÃO Nº 70, GOIÂNIA, SETEMBRO/OUTUBRO DE 2008 - www.oabgo.org.br

Colégio de presidentes

Projudi e honorários de sucumbência na pauta dos debates

Grampo

Conselho Nacional de Justiça disciplina uso de escuta telefônica

Não à violência

OAB-GO reage ao avanço do número de homicídios em Goiânia e no Estado, que também vitimou advogados

OAB GO

ITINERANTE

Serviço móvel de troca do cartão profissional



SOLICITE JÁ SEU NOVO CARTÃO PROFISSIONAL

Em breve, o novo cartão de identidade do advogado, que contém um chip com dados pessoais, será essencial para a realização de todos os procedimentos judiciais, que serão feitos, exclusivamente, pela Internet.

O atual cartão é válido somente até o dia 31 de Janeiro de 2008.

Por isso, renove seu cartão imediatamente!

Para facilitar a troca do cartão de identidade profissional, a OAB-GO investiu em treinamento de equipe e estruturação de pontos de atendimento exclusivos em Goiânia. No interior, a solicitação pode ser feita nas sedes das subseções.

A troca do cartão ficará ainda mais fácil. A Seccional criou o OAB-GO ITINERANTE – Serviço móvel de troca do cartão profissional, que estará à disposição da categoria em locais estratégicos, como os Fóruns federal, estadual e trabalhista e na Justiça Federal; além disso, o atendimento será realizado em vários órgãos públicos.



Informações:

(62)3238-2000



www.oabgo.org.br



6 Capa

A escalada dos crimes contra a vida e dos indicadores de violência de forma geral, principalmente diante do recorde no número de assassinatos em Goiânia, preocupa os setores da sociedade e, em especial, a Ordem dos Advogados do Brasil. Em Goiás, a Seccional se mobiliza e busca caminhos para enfrentar a questão.

10

Grampo telefônico

Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) disciplina procedimentos para autorização judicial de escutas telefônicas nas investigações policiais e tenta colocar freio à atividade clandestina na área. “Acredito que não se deve impedir o uso desse instrumento de investigação, até para que o crime não caminhe solto. Mas também não podemos cometer o crime de deixar o uso desse mecanismo completamente livre”, comenta o presidente do Conselho Federal da OAB, Cezar Britto.

13

Colégio de presidentes

Presidentes de subseções e conselheiros da OAB-GO comentam e discutem o peticionamento eletrônico e a campanha em defesa de honorários de sucumbência justos, entre outros assuntos. O encontro contribuiu para estreitar relacionamento entre profissionais de todo o Estado.

22

Processo penal

Escola Superior de Advocacia da OAB-GO promove série de eventos com o objetivo de discutir e avaliar as alterações no Código de Processo Penal, em vigor desde agosto deste ano. Palestras ajudam a disseminar informações sobre as mudanças no código, contribuindo para formação de profissionais iniciantes e para o aperfeiçoamento de advogados em geral.

Violência preocupa OAB-GO



Recorrentes casos de violência em todo o País e, em especial, em Goiás, amedrontam a sociedade e alertam para o descontrole da criminalidade. Segundo dados divulgados pela mídia, recentemente, até novembro deste ano já haviam sido registrados 400 homicídios em Goiânia, o que representa uma morte por dia na capital.

É um índice assustador, que merece destaque especial entre as prioridades do governo. Medidas preventivas contra a violência são imprescindíveis, mas a elucidação dos crimes e a devida punição dos culpados são fundamentais para a segurança pública.

Preocupada com os números da violência, a OAB-GO lançou o Movimento de Combate à Violência,

em parceria com as 27 Seccionais, para discutir o assunto. Além disso, tem reunido autoridades e entidades civis em busca de medidas concretas de combate ao crime. O debate é essencial na luta contra o crime, porém, o êxito nessa empreitada depende, fundamentalmente, de políticas públicas de efeito em vários setores sociais.

É crescente a violência nas escolas, entre alunos e contra professores; nas ruas, em razão de brigas e imprudência no trânsito, assaltos, execuções, disputas do tráfico de drogas; em casa, contra a mulher, crianças e adolescentes.

Em fevereiro deste ano, o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008, com dados de 2002 a 2006, mostrou que o Estado de Goiás

está entre os mais violentos, com 28 cidades entre as 556 listadas. Goiânia aparece na 17ª posição entre as mais violentas, com o maior número absoluto de homicídios. Também estão na lista dos 200 municípios mais violentos, Aparecida de Goiânia, Luziânia, Anápolis, Águas Lindas, Valparaíso e Rio Verde.

Por tudo isso, a violência no Estado é destaque desta edição da Revista da OAB-GO. O objetivo é alertar a sociedade sobre esse grave problema e convocar as autoridades a se unirem nesse desafio, em prol de um Estado mais justo e seguro.

*Miguel Ângelo Cançado,
presidente*



Uma publicação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás

Diretoria da OAB-GO

Miguel Ângelo Sampaio Cançado (presidente)
Henrique Tibúrcio Peña (vice-presidente)
Celso Gonçalves Benjamin (secretário-geral)
Maria Lucila Ribeiro Prudente de Carvalho (secretária-adjunta)
João Bezerra Cavalcante (diretor tesoureiro)

Conselheiros Estaduais

Adílio Evangelista Carneiro
Alan Ribeiro Silva
Alexandre Lunes Machado
Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques
Antônio Carlos Monteiro da Silva
Antônio dos Reis Elias Teixeira

Carla Sahium Traboulsi
Carlos Barta Simon Fonseca
Cleomar Rizzo Esselin Filho
Cleuler Barbosa das Neves
Cristina Aires Cruvinel Isaac
Elias Gomes de Oliveira Neto
Eurico de Souza
Érico Rafael Fleury de Campos Curado
Ezequiel Morais Silva
Flávio Buonaduce Borges
Francisco Barbosa Garcia
Frank Alessandro Carvalhaes de Assis
Gilson Gomes Borges Filho
Haroldo José Rosa Machado Filho
Jorge Jungmann Neto
José do Carmo Alves Siqueira
José Porfírio Teles
Júlio César do Valle Vieira Machado
Juverci Felício Vieira
Larissa de Oliveira Costa
Luciano Mitianos Hanna
Manoel Araújo de Almeida
Márcia Queiroz Nascimento
Márcio Pacheco Magalhães
Murillo Macedo Lôbo

Paulo Gonçalves
Paulo Sérgio Rodrigues
Pedro Paulo Guerra de Medeiros
Reginaldo Martins Costa
Roberto Rodrigues
Romes Sérgio Marques
Sebastião Macalé Caciono Cassimiro
Walter Pereira
Washington João de Sousa Pacheco

Conselheiros Federais

Daylton Anchieta Silveira
Felicitíssimo José de Sena
Paulo Afonso de Souza
Thales José Jayme
Wanderli Fernandes de Sousa

Diretoria da Casag

Jaime José dos Santos (presidente)
Enil Henrique de Souza Filho (vice-presidente)
Antônio Carlos da Silva Magalhães (secretário-geral)
Antônio Antenor Rodovalho

(secretário-adjunto)
Levi de Alvarenga Rocha (diretor-tesoureiro)
Danielle Parreira Belo Brito (diretora-adjunta)
Ricardo de Paiva Leão (diretor-adjunto)
Amadeu Gustavo de Faria (diretor-adjunto)

Conselho Editorial

Diretoria da OAB-GO

Assessoria de Comunicação da OAB-GO

Janete Ferreira
Mariana Vellozo
Lidiani Feliciano
Pablo Mirans
Paula Arantes
Thais Couto
Informações: (62) 3238-2000



Editor: Lauro Veiga Filho
lauro@revistasafra.com.br

Redação

Carlos Alberto Pacheco, Mariza Santana e Paulo Lício

Fotografia:

Carlos Costa e arquivo OAB-GO

Diagramação:

Thales Moraes
arte@ndeditora.com.br

Revisão gráfica:

Arivanda Calaça e Dorothy Menezes

Edição: Criação, arte-final e impressão - ND Editora Ltda.

Para anunciar:

Rua 1.034, nº 49, St. Pedro Ludovico, CEP 74823-190
Goiânia - Goiás
Fone: (62) 3255-6262

Apoio estratégico

Associação dos magistrados afirma que Campanha por Honorários de Sucumbência Justos valoriza a advocacia goiana

O vice-presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio Peña, o presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da Seccional, Luciano Mtanios Hanna, e o conselheiro Flávio Buonaduce Borges estiveram na sede da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (AsmeGO) para apresentar a Campanha por Honorários de Sucumbência Justos, desenvolvida pela Seccional goiana, ao presidente da entidade, juiz Átila Naves Amaral.

A associação apóia integralmente a campanha. O coordenador da Regional Norte da AsmeGO e membro do Conselho Deliberativo da entidade, juiz Murilo Vieira de Faria, também participou da reunião.

O presidente da AsmeGO acredita que o arbitramento de honorários de sucumbência justos é fundamental para a plena valorização da advocacia. Sensível à iniciativa da OAB-GO, Átila Naves Amaral se comprometeu a encaminhar o folder acompanhado do folder da campanha a todos os juizes do Estado. “Queremos contribuir com a campanha da melhor forma possível. Acreditamos que se trata de importante ação da Ordem em prol da categoria”, afirmou.

Henrique Tibúrcio, coordenador da campanha, afirmou que o principal foco de trabalho é a sensibilização dos magistrados quanto à natureza



alimentar dos honorários de sucumbência. “Os juizes precisam entender que esses recursos representam parcela importante da remuneração do advogado”, ressaltou. De acordo com o vice-presidente, muitos são os casos em que o profissional presta serviços a pessoas de baixa renda sem receber por isso. “Ao atuar numa causa de va-

lor maior, é natural que ele espere a fixação de honorários coerentes com a responsabilidade e o comprometimento no trabalho”, acrescentou. Tibúrcio considerou a visita extremamente positiva e ponderou que a participação da AsmeGO será “muito relevante para que o objetivo da campanha seja alcançado”.

Uma questão de Justiça

Em recente artigo publicado na imprensa goiana, o coordenador da campanha reiterou que a causa interessa a toda a sociedade. “Reconhecer a importância do trabalho do advogado, atribuindo-lhe valores condizentes com a importância e dignidade da profissão é, antes de tudo, uma questão de Justiça, além de não onerar os cofres públicos, nem o Poder Judiciário”. Ele lembrou ainda que a fixação de honorários em valores irrisórios significa, na prática, estabelecer valor nenhum, pois os advogados acabam desistindo de cobrá-los. Apoio de entidades como a AsmeGO, contudo, é um sinalizador de que a OAB-GO está no caminho certo.

Não à escalada da violência

OAB-GO reage com indignação ao avanço acelerado dos índices de atentados contra a vida e o patrimônio no Estado de Goiás, que batem recordes negativos nesta área

A escalada da criminalidade preocupa a OAB-GO. Os dados mais recentes sobre o avanço dos casos de assassinato, em Goiânia e no restante do Estado, causaram indignação e pronta reação da Seccional. Apenas na capital do Estado, entre janeiro e o dia 10 de novembro passado, foram registradas 391 mortes, na maioria dos casos provocadas por armas de fogo, conforme levantamento da Delegacia de Investigações de Homicídios (GIH).

Isso significa um índice de 30,8 homicídios a cada 100 mil habitantes, mais do que o dobro do indicador observado em São Paulo, que registra 14,2 assassinatos para cada grupo de 100 mil moradores.

Recentemente, homicídios que vitimaram advogados chocaram a classe e também a sociedade em geral, contribuindo para acirrar o clima de insegurança.

No dia 26 de setembro deste ano, o advogado criminalista Ilmar Gomes Marçal, 51 anos, foi assassinado em seu escritório, no Setor Sul, em Goiânia. Os criminosos simularam um assalto, mas não levaram nada após executar a vítima com dois tiros na cabeça. De acordo com o advogado Ismael Marçal, irmão de Ilmar Marçal, o advogado se tornou hoje uma vítima em potencial, porque está sempre colocado no meio de um conflito de interesses em processos na área cível, em que a demanda



Crime ainda impune: Ilmar Marçal foi morto em seu escritório, no Setor Sul

tende a terminar com um dos lados insatisfeito.

No caso da área criminal, na qual atuava Ilmar Marçal, os riscos são maiores, pois o advogado lida com clientes enquadrados nos diversos tipos penais, portanto de elevadíssima periculosidade. Nesses casos, a prática de crimes pode levar à perda da liberdade, o que gera intensa insatisfação. “A advocacia é uma profissão de alto risco”, disse.

Jataí

Em Jataí, no sudoeste goiano, ou-

tro advogado, Júlio César da Silva, foi morto a tiros no dia 15 de outubro, quando saía de seu escritório e seguia para um estabelecimento comercial, no centro da cidade, por volta das 14h30. O advogado foi abordado pelo office-boy Rondineli Rodrigues do Prado, 21 anos, que dirigia uma motocicleta no momento do crime, e pelo ex-soldado do Exército Murilo Luiz Ferreira dos Santos, que efetuou os disparos.

Júlio César tinha 48 anos e exercia a advocacia desde 1993. Foi membro da Comissão de Direitos e

Prerrogativas da OAB-GO, no triênio 2001/2003.

O presidente da Subseção da OAB-GO de Jataí, Mário Ibrahim do Prado, afirma que a morte de Júlio César não é um fato isolado. “Há muitos ‘júlios césares’ que perderam a vida no Estado. Nossa preocupação é com a cidadania e com a sociedade como um todo”, afirmou.

Para o conselheiro Francisco Barbosa Garcia, representante de Jataí na OAB-GO, o episódio do assassinato de Júlio César assusta muito. Conforme ele, a questão da violência é um dos principais problemas com que se depara a sociedade hoje e todos têm o dever de combatê-la.

Na avaliação do conselheiro Juverci Felício Vieira, que representa Jataí na Seccional, é preciso que tenhamos políticas de combate à desigualdade social, por meio de investimentos públicos adequados, abrindo mais oportunidades aos cidadãos. “Isso vai ajudar a combater a violência”, defendeu. Mas também são necessárias medidas enérgicas por parte dos aparelhos policial e jurídico para elucidar os crimes, punir os culpados e evitar que outros crimes aconteçam.

Segundo o presidente da Comis-



Garcia: violência é um dos principais problemas da sociedade

são de Direitos e Prerrogativas da OAB-GO, Luciano Mtanios Hanna, é direito do advogado exercer com liberdade a advocacia em todo o território nacional. Hanna cita o caso do assassinato do advogado Júlio César, de Jataí, ocorrido em plena luz do dia, no centro daquela cidade. No crime que vitimou o advogado Ilmar Marçal, em Goiânia, os criminosos perguntaram por ele, demonstrando que foi um homicídio endereçado. “Esses recentes episódios trazem certa insegurança para que os advogados aceitem determinadas causas”, avaliou.

Outro caso que comoveu a so-

cidade foi a morte do bacharel em Direito Pedro Henrique Queiroz, ocorrida em Goiânia. Ele foi baleado por um policial militar no trânsito, no dia 7 de setembro, e morreu dias depois, após ter entrado em coma. O episódio originou o movimento “Não Quero Ser Mais Um”. Em ato público realizado na Câmara Municipal de Goiânia por organizadores do movimento, a OAB-GO, que coordena no Estado a campanha “Brasil Contra a Violência”, foi representada pelo conselheiro seccional e presidente do Comissão de Direitos Humanos, Paulo Gonçalves.

Ordem cobra providências

Para o presidente da Seccional goiana da OAB, Miguel Caçado, o momento é preocupante. A sociedade enfrenta crescente onda de violência e fica sem ter como reagir. O número de homicídios tem aumentado, colocando também advogados na relação de vítimas fatais, conforme comprovam os casos de Goiânia e de Jataí. Diante disso, a campanha “Brasil Contra a Violência”, coordenada no Estado pela entidade, visa contribuir para que a sociedade busque caminhos para o enfrentamento da questão da violência.

Uma das medidas tomadas foi a reunião com o secretário de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás, advogado Ernesto Roller, realizada dia 30 de setembro, no gabinete do titular. Além de Miguel Caçado, participaram do encontro o vice-presidente da Seccional, Henrique Tibúrcio Peña; o secretário-geral da entidade, Celso Gonçalves Benjamin; o presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas, Luciano Mtanios Hanna; e o irmão do advogado assassinado na capital, Ismael Gomes Marçal.

Na ocasião, o presidente da OAB-GO reiterou a preocupação da entidade diante da recorrência de

crimes que atentam contra a vida de advogados, muitos deles de difícil elucidação. Ele pediu empenho da Secretaria de Segurança Pública nas investigações policiais com o objetivo de esclarecer crimes dessa natureza. O secretário prometeu soluções. “A Ordem continuará sempre cobrando em nome da cidadania brasileira”, ressaltou Miguel Caçado.

“Estamos pregando a cultura da paz, que é essencial. É importante que cada entidade e cidadão reajam a essas circunstâncias de violência”, defendeu. A meta da campanha é reduzir a violência. Mas trata-se de uma luta de todos os cidadãos e dos poderes constituídos, afirmou Miguel Caçado.

Outra ação da OAB-GO foi a participação do presidente da Comissão de Cultura, Esporte e Lazer da Seccional, conselheiro Sebastião Macalé, na Conferência Nacional para a Superação da Violência e Promoção da Cultura da Paz, evento realizado na sede do Conselho Federal da OAB, em Brasília, no período de 3 a 5 de outubro. Entre os temas abordados estavam Comunicação, Políticas e Ações de Segurança, Políticas Sociais e Controle Social.

Região do Entorno terá atenção especial

Convênio firmado entre as Comissões de Direitos Humanos das Seccionais de Goiás e do Distrito Federal deu início a parceria entre as duas entidades, com o objetivo de combater a violência nos municípios da região do Entorno do Distrito Federal. A iniciativa foi motivada pela visita de integrantes da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF à Goiânia.

Como resultado dessa parceria, no projeto de construção da nova sede da Subseção de Luziânia, obra que será totalmente custeada pelo Conselho Federal da OAB, foi incluído o Espaço Cidadão. No local será feito o atendimento à comunidade e realizadas atividades que visam à redução da criminalidade na região. Conforme o presidente da OAB-GO, Miguel

Cançado, a meta é aproximar a OAB do cidadão.

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF, conselheiro Jomar Alves Moreno, na região do Entorno do DF - que inclui cidades como Luziânia, Formosa, Águas Lindas, Novo Gama, Cidade Ocidental e Santo Antônio do Descoberto, entre outras - existe uma situação de grande miséria social e total ausência do Estado. As soluções e projetos referentes à saúde, segurança pública e educação, quando existentes, são relegados a último plano. Entretanto, essas questões têm ligação direta com os direitos humanos dos ci-

dadãos, sendo função da OAB atuar em sua defesa.

“Onde inexistente a presença do Estado, a OAB tem que se fazer presente”, defendeu Jomar Moreno. Ele afirma que não são raras as vezes em que a Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF é procurada para averiguar questões relativas a violações de direitos humanos que envolvem os moradores da região do Entorno.

Daí, ressaltou o conselheiro da Seccional do DF, a necessidade das duas Comissões unirem esforços para atender às questões emergenciais que afligem os cidadãos daquela região. Unidas, poderão, sempre que se fizer necessário, atuar em conjunto ou separadamente, mas em sintonia, buscando melhores condições de vida para os cidadãos do Entorno do Distrito Federal.

Denúncias

O secretário-geral da Comissão de Direitos Humanos da OAB-GO, Alexandre Prudente Marques, confirmou que denúncias de violações dos direitos humanos verificadas nos municípios do Entorno do DF costumam ser encaminhadas à OAB-DF e acabam sendo perdidas, porque os integrantes daquela Seccional não têm competência legal para cobrar providências de autoridades goianas. Por meio do convênio, passa a haver intercâmbio entre as comissões. As denúncias da região serão encaminhadas à OAB-GO, para serem apuradas e tomadas as medidas devidas.

Alexandre Prudente informou que a CDH da OAB-GO está preocupada ainda com o crescimento da violência em todo o Estado. Atualmente tem acompanhado com especial atenção os casos do bacharel em Direito Pedro Henrique de Queiroz, executado por um policial militar; e da prisão de PMs em Aparecida de Goiânia, acusados de tortura, cujo inquérito está sob responsabilidade da delegada Emília de Podestá.



Prudente: convênio estabelece intercâmbio entre comissões da OAB-DF e OAB-GO

frederico prado

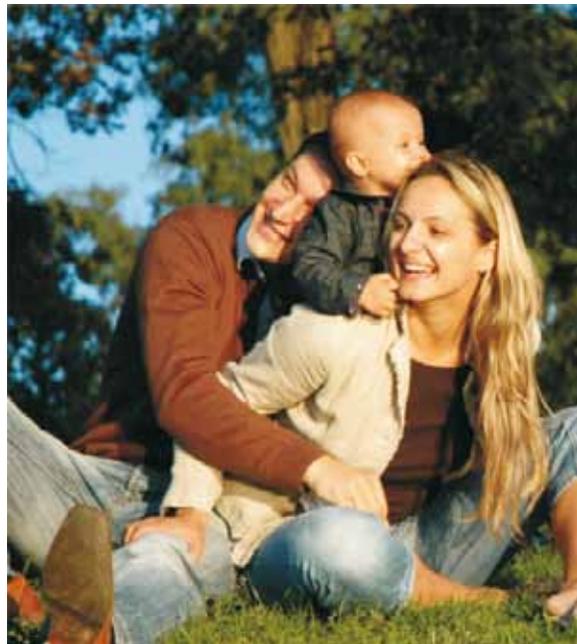
odontologia

CRO - GO 6443



Dr. Prado
Implantodontista

QUALIDADE DE
VIDA COMEÇA
COM UM **SORRISO**



»» ODONTOLOGIA

ESPECIALIZADA

- »» Implantodontia
- »» Estética**
- »» Cirurgia**
- »» Periodontia**
- »» Prótese**
- »» Clareamento/BriteSmile**

Com o aumento da expectativa de vida houve uma crescente necessidade em investir na saúde bucal em busca de uma melhor qualidade de vida. Nesse sentido, a odontologia tem aprimorado suas técnicas para tratar com rapidez, segurança e conforto qualquer necessidade bucal. A implantodontia e demais áreas da Odontologia proporcionam uma reabilitação estável, funcional e esteticamente agradável. Procure-nos e descubra que a sua vida pode ser ainda mais cheia de sorrisos.

- »» Graduado em Odontologia - UFG
- »» Especialista em Implantodontia - UNESP
- »» Pós-graduado em Cirurgia Parendodôntica - UNESP
- »» Pós-graduado em Cirurgia - ABO/GO
- »» Pós-graduado em Reabilitação Oral - UFG
- »» Pós-graduado em Dentística Estética - ABO/GO
- »» Professor de curso de Implantodontia - ABO/GO
- »» Professor Convidado da Especialização de Prótese - UFG
- »» Membro da Associação Brasileira de Odontologia
- »» Implantodontista da Clín do Advogado OAB/Casag - 2005/2008

SATISFAÇÃO
SATISFAÇÃO
BEM-ESTAR



BUENO MEDICAL CENTER
Rua T-29 | 358 | Sl. 1005 | St. Bueno
Goiânia-GO (atrás Hosp. Neurológico)
Fone: (62) 3095-6370 / 3250-9150
pradoodontologia@gmail.com

Um freio à escuta clandestina

Abusos levam Conselho Nacional de Justiça a disciplinar procedimentos para autorização judicial de grampo durante investigações policiais

Não chegou a ser surpresa quando, no início de setembro, foram divulgados trechos de diálogo telefônico entre o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, e o senador Demóstenes Torres (DEM-GO), gravado no fim da tarde do dia 15 de julho passado e grampeado por arapongas federais, conforme denúncia publicada pela revista *Veja*.

A conversa não tinha relevância temática, mas criou constrangimentos no governo federal, ao comprovar que espões a serviço da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) bisbilhotavam não só o gabinete do ministro como grampeavam seus telefones no STF. Outras autoridades também já haviam sido vítimas de escutas clandestinas, entre elas ministros do governo federal e parlamentares. Diante do escândalo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afastou a cúpula da Abin, comandada por Paulo Lacerda, até que as investigações do caso sejam concluídas.

Outra reação partiu do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que aprovou no dia 9 de setembro resolução que disciplina os procedimentos para autorização judicial de escutas telefônicas nas investigações policiais. Agora os juízes têm de informar mensalmente a quantidade de interceptações em andamento. Os dados serão repassados pelas corregedorias dos tribunais à Corregedoria



Carlos Costa

Ignoto: escuta deve observar critérios de legalidade

doria Nacional de Justiça, que terá controle dos grampos.

O balanço divulgado no dia 18 de novembro pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referente apenas aos meses de setembro e outubro deste ano, mostra que os tribunais de Justiça nos Estados autorizaram 5.977 grampos. Goiás foi recordista, com mil telefones sob escuta. Alagoas, Mato Grosso, Paraíba, Tocantins e São Paulo, que ainda não estão integrados ao sistema eletrônico do CNJ, não enviaram dados.

Ainda de acordo com o CNJ, a Justiça Federal liberou escutas em 5.869 linhas telefônicas. A Corregedoria Nacional de Justiça informa que a maior parte das interceptações

autorizadas diz respeito a investigações sobre tráfico de drogas e crimes hediondos, mas não incluem os chamados “crimes de colarinho branco”, como fraudes financeiras e manipulação de ações em Bolsa, por exemplo.

Dados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga os casos de grampos sugerem um número mais amplo. No ano passado, indicam os documentos em poder da CPI, teriam sido realizadas no País 375.633 escutas com autorização judicial. No Estado, os casos de interceptação somariam 2.627, sempre de acordo com a CPI.

De acordo com o presidente do STF, a resolução editada em setem-

bro disciplina a interceptação telefônica no âmbito do judiciário apenas quanto às normas de organização e procedimento. “Ela não afeta a independência do juiz, sua autonomia de julgar ou deferir”, ressaltou. Conforme a resolução, ao autorizar o grampo telefônico, o juiz deverá indicar o nome da autoridade que solicitou a quebra de sigilo, os números dos telefones interceptados, o prazo da escuta, e os nomes das autoridades policiais responsáveis pela investigação e que terão acesso às informações.

Dados sigilosos

Também deverão ser registrados os nomes dos servidores que terão acesso aos pedidos e autorizações. Os dados, contudo, permanecem sigilosos. Já os pedidos de prorrogação das escutas devem ser acompanhados dos áudios – em CD ou DVD – com o inteiro teor das comunicações interceptadas, as trans-

crições das conversas relevantes e o relatório das investigações com seu resultado. No caso de violação do sigilo das informações, o juiz deverá determinar a imediata apuração dos fatos para punição do responsável pelo vazamento.

O presidente do Conselho Federal da OAB, Cezar Britto, que tem direito a voz no CNJ por força da Constituição, considera “uma boa tarefa”, a que se propõe o Conselho, de tentar compatibilizar a necessidade da investigação com a utilização do grampo e o direito que o cidadão tem ao sigilo telefônico. “Acredito que não se deve impedir o uso desse instrumento de investigação, até para que o crime não caminhe solto. Mas também não podemos deixar o uso desse mecanismo completamente livre”, declarou à *Revista da OAB-GO*.

Cezar Britto ponderou que os agentes policiais devem ter toda liberdade e contar com “todo e qual-

quer meio de investigação”. Mas, quando se refere ao controle da vida das pessoas, isso pode resultar em extorsão, chantagens e fofoca. Por isso, defendeu a importância de compatibilizar a necessidade de combate ao crime com o bem que nos é mais precioso: a imagem e a vida pessoal. “Essa é a tarefa do CNJ, que contará com a colaboração da OAB”, garantiu.

Para o advogado Elias dos Santos Ignoto, se forem observados os critérios da legalidade, sendo o trabalho efetuado pelas autoridades no sentido da investigação policial, o grampo telefônico é válido. Entretanto, excessos devem ser reprimidos com os rigores da lei, principalmente para evitar o sensacionalismo por parte da imprensa, e até mesmo o uso de cunho político, que serve para macular a imagem de pessoas honestas que são prejudicadas sem ter o mínimo do contraditório para se defenderem.

Completa Linha de móveis



A LOJA MAIS COMPLETA PARA SEU ESCRITÓRIO



Móveis para Escritório

Fone: (62) 3274.2200

Av. Mutirão Nº 2.828 St. Bueno

www.projetooffice.com.br

Justiça para Jango

Membro da Comissão de Anistia do MJ, advogado goiano participa de julgamento de ex-presidente da República durante encontro nacional da advocacia

O advogado Egmar José de Oliveira cumpriu missão histórica ao relatar o processo que anistiou o ex-presidente João Goulart e sua viúva, Maria Teresa Goulart, proposto pela 4ª Turma da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. No encerramento da XX Conferência Nacional dos Advogados, que aconteceu entre os dias 11 e 15 de novembro, em Natal (RN), o ministro Tarso Genro acolheu a proposta, sendo efusivamente aplaudido. Segundo o voto de Egmar Oliveira, não se pode contestar a inegável motivação exclusivamente política que norteou toda a trajetória do ex-presidente Jango, “em especial a sua deposição do cargo de presidente da República e o seu banimento do País”.

O relator justificou ainda que Jango sempre defendeu os menos favorecidos e um Brasil livre e independente do domínio estrangeiro. “Bem ao contrário do que sempre quis fazer ver as elites e os militares golpistas de 1964, que fizeram questão de ultrajar a sua honra e a sua dignidade de homem público”, reafirmou. Egmar Oliveira explica que a “reparação deve levar em conta que o anistiando, em razão das perseguições políticas, ficou impedido de exercer qualquer atividade profissional no Brasil, quer seja de advogado quer seja de fazendeiro, ambas comprovadas nos autos”.

O ministro Tarso Genro, ao conceder a anistia, definiu o ato como o “encontro do Brasil consigo mesmo”. Para ele, trata-se de uma manifestação de justiça e reconhecimento de desculpas do Estado pela “grande figura que foi João Goulart”. Segundo o presidente da OAB-GO, Miguel Ângelo Cançado,

o ato simbolizou um resgate histórico necessário e oportuno em meio à discussão promovida pela advocacia brasileira sobre a democracia e o cumprimento da Constituição. Em sua opinião, a Ordem continua forte no exercício de seu papel legal e constitucional. “Esse ato resumiu o sentimento da sociedade brasileira, de que a democracia há de ser sempre reconstruída e fortalecida, inclusive com a revisão dos erros do passado”, afirmou o presidente.

Eleito vice-presidente da República em 1956, tendo Juscelino Kubitschek como presidente, e em 1960, desta vez com Jânio Quadros como cabeça de chapa, o gaúcho de São Borja, João Goulart, assumiu a Presidência em 1961, depois da renúncia de Jânio. Permaneceu no cargo até 1964, quando foi deposto pelo golpe militar de 31 de março. Passou a viver em fazendas no Uruguai e na Argentina, onde morreu em 1976.

Estado policial em debate

Aberta no dia 11 de novembro pelo presidente do Conselho Federal da OAB, César Britto, com o auditório do Centro de Convenções completamente lotado, a XX Conferência Nacional dos Advogados foi considerada pelos presentes como uma das melhores nos últimos anos. O tema central, “Estado Democrático de Direito x Estado Policial – Dilemas e Desafios de duas Décadas de Constituição”, movimentou os debates entre os advogados.

Marçaram presença os 27 presidentes das seccionais da OAB nos Estados e Distrito Federal, conselheiros federais da entidade e os principais constitucionalistas brasileiros – Paulo Bonavides, Fábio Konder Comparato, Celso Antônio Bandeira de Mello e José Afonso da Silva, além representantes de vários países e cerca de 5 mil advogados e estudantes de Direito inscritos para os quatro dias do evento.

Pela OAB-GO, participaram da XX Conferência Miguel Cançado (presidente), João Bezerra Cavalcante (diretor-tesoureiro), Carla Queiroz (presidente da Comissão do Advogado Público e Assalariado), Otávio Forte (presidente da Comissão da Advocacia Jovem), Flávio Buonaduce (conselheiro e presidente da Comissão de Ensino Jurídico), Júlio César do Valle Vieira Machado (conselheiro e presidente da Comissão Estágio e Exame de Ordem), os conselheiros seccionais Reginaldo Martins e Alan Ribeiro, os conselheiros federais Paulo Afonso e Daylton Anchieta, Jaime José dos Santos (presidente da Casag), Enil Henrique de Souza Filho (vice-presidente da Casag), Ricardo de Paiva Leão (diretor-adjunto da Casag), Antônio Carlos da Silva Magalhães (secretário-geral da Casag) e Danilo Rios (presidente da Subseção de Anicuns).

Prepare-se para o seu projeto de vida!



cursos
2009

Matriculas efetuadas
até 10.12.2008 até 10.1.2009 até 10.2.2009
20% 15% 10%
de desconto nas parcelas

Anual noturno

Anual Especial diurno
(aprofundamento das matérias)

Anual Federal diurno

Magistratura e MP aos sábados

Delegado Federal noturno

Analista dos Tribunais vespertino

Intensivo para MP Estadual diurno

Aula inaugural - 2 de fevereiro de 2009

"Métodos e Organização de Estudos para Concursos" com Willian Douglas

PROGRAMAÇÃO DE JANEIRO

I Jornada da Reforma Processual: Civil e Penal – teoria e prática
de 12.1 a 16.1.2009

Semana de Atualização Jurídica – Gratuita
Professores comentam alterações na legislação e
atualidades do mundo jurídico
de 26.1 a 30.1.2009

Concurso de Bolsas de Estudo: 17.1.2009
Participe!

MAIS INFORMAÇÕES: 3945-3666
BREVE EM APARECIDA DE GOIÂNIA



Curso Via Satélite
Damásio de Jesus

unidade_goiania@damasio.com.br
Site: www.damasiogoiania.com.br

Unidade Goiânia
Rua T - 54, n.º 124, Setor Bueno
Qd. 100, LT 10
Tel.: (62) 3945-3666

Visita de Cezar Britto à OAB-GO

Presidente da OAB nacional participou de palestra a estudantes de Direito e destacou o trabalho intenso da Ordem em defesa da Justiça

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto, cumpriu extensa agenda durante o mês de setembro, em Goiás, quando visitou a Seccional goiana da OAB. Além de participar de encontro com advogados trabalhistas, Britto falou a estudantes de Direito da Universidade Católica de Goiás, sempre destacando o papel que a Ordem tem desempenhado em defesa dos interesses da sociedade, do Estado de Direito, da democracia e da Justiça

em termos amplos. Britto lembrou ainda que muitas medidas que vêm sendo adotadas no campo jurídico são reivindicações justas que fazem parte das lutas da Ordem.

Cezar Britto fez referência às decisões do Supremo Tribunal Federal, entre elas a aprovação da Súmula Vinculante que limita o uso de algemas, observando que a prática nunca foi nem será proibida, porém no Brasil, em vários casos, a alagem estava sendo utilizada com a finalidade de punir previamente e moralmente aquele que fosse imputado como criminoso. Segundo o dirigente nacional da OAB, o STF se fundamentou nos princípios da presunção da inocência, da proporcionalidade e da dignidade humana. Portanto, o uso de algemas só deve ocorrer em caráter excepcional.

Cezar Britto disse que tem alertado as autoridades policiais e o Ministério Público que é preciso tomar cuidado ao executar ordens de prisão. “O uso de algemas tem função de reprimir uma possível violência contra o agente público encarregado da prisão, contra terceiros ou mesmo contra aquele que, deprimido com a prisão, possa cometer violência contra si. É preciso, porém, preservar os princípios fundamentais assegurados na Constituição Federal para que não se desvirtue o verdadeiro sentido que justificou a ação”, asseverou o presidente.

goiana, o presidente do Conselho Federal foi recebido pelo presidente Miguel Cançado, vice-presidente Henrique Tibúrcio Pena, secretário-geral Celso Benjamin, diretor-tesoureiro João Bezerra Cavalcante e pelos conselheiros Flávio Buonoduce Borges e Júlio César do Valle Vieira Machado. Ainda em Goiânia, o presidente do Conselho Federal, juntamente com a diretoria da OAB-GO, visitou as obras de ampliação da sede administrativa da Seccional.

No encontro com diretores da Seccional e na palestra que fez aos estudantes de Direito da Universidade Católica, Cezar Britto comentou também a decisão do STF que aprovou a súmula proibindo o nepotismo no serviço público nos três poderes. “Não se pode fazer do poder público uma casa privada. Desde 1988, a OAB vinha alertando sobre o nepotismo que fere o princípio da moralidade. Portanto, demorou-se a acabar com essa farra no serviço público no Brasil”, enfatizou.

Já em entrevista à imprensa, Cezar Britto fez comentários sobre o grande número de advogados no Brasil, em torno de 600 mil. Ele reafirmou que a OAB trabalha em conjunto com o Ministério da Educação para a melhoria do ensino jurídico. A última ação conjunta resultou no corte de 3,5 mil vagas dos cursos de Direito no Brasil, das quais 300 em Goiás. Com a decisão desses cortes, conforme Cezar Britto, subiu para 25 mil vagas eliminadas em todo o País, mais da metade das 47 mil que eram ofertadas. “O Direito também atrai empresários gananciosos que praticam o que considero ser um estelionato educacional. É preciso que as instituições se concentrem na qualidade do ensino”, concluiu Cezar Britto.



Britto: “Não se pode fazer do setor público uma casa privada”

Nepotismo e ensino

Na sede administrativa da Seccional

Uma ferramenta essencial

Evento realizado pela OAB-GO estreita relacionamento entre presidentes de subseções e Seccional. O processo eletrônico centralizou as discussões

Um evento marcante que transmitiu informações valiosas aos advogados da capital, região metropolitana e, sobretudo, do interior. Em síntese, esse objetivo foi plenamente alcançado no XX Colégio Estadual de Presidentes de Subseções da OAB-GO, que aconteceu na sede da Seccional, entre os dias 9 e 11 de outubro. O processo eletrônico foi tema de palestras ministradas por especialistas e também o principal assunto das impressões transmitidas pelos presidentes que marcaram presença no evento.

A abertura do colégio contou com a presença do procurador-geral do Estado, Norival de Castro Santomé, de toda a diretoria da Seccional, da Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag), da Escola Superior de Advocacia de Goiás (ESA-GO), conselheiros e integrantes do Tribunal de Ética e Disciplina da instituição. Na ocasião, o presidente da Subseção de Goiatuba, Filemon Santana Mendes, discursou em nome das subseções. Ele falou sobre a importância do advogado, a proliferação dos cursos de Direito e a repercussão positiva da Lei 11.767, que trata da inviolabilidade dos escritórios de advocacia. “No exercício da profissão, o profissional se ampara em prerrogativas que defendem também o cidadão”, destacou.

O presidente da OAB-GO, Miguel Ângelo Cançado, deu boas-vindas aos presidentes e fez saudação especial ao professor e advogado João Asmar, que representou seu irmão, o jornalista José Asmar, falecido em 2006 e autor da pesquisa para o livro *O Tempo de Ordem*, lançado na ocasião. Comentou os



Presidentes de subseções e conselheiros da Ordem: colegiado discute Projudi e outras questões de relevância para a advocacia no Estado

20 anos da Constituição e as recentes conquistas da classe. “Tudo o que a advocacia tem hoje foi conquistado depois de muita luta e desafios”, disse.

Na noite de abertura do evento, o conselheiro federal da OAB por Goiás e presidente da Credijur, Felicíssimo Sena, lançou o livro *O Tempo da Ordem*, retrospectiva histórica sobre a Seccional e relato de fatos importantes e curiosos envolvendo a entidade, num trabalho coordenado pelo conselheiro federal.

Considerado “homem de rara cultura” pelo conselheiro, Asmar atuou em várias redações no País, incluindo o jornal *O Globo*. Além do jornalista, “muitas outras pessoas também contribuíram para a obra, como a advogada Coraci Fidélis”, afirmou Felicíssimo. Entre outros fatos históricos, a obra explica, num exemplo, porque a OAB-

GO é a “mãe das seccionais do Distrito Federal e do Tocantins”, acrescentou.

Petição eletrônica

O diretor de informática do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), Antônio Pires de Castro Júnior, considera o Processo Judicial Digital (Projudi) como ferramenta indispensável para facilitar o trâmite processual. “A movimentação dos processos em meio eletrônico permite o peticionamento de qualquer parte do mundo e a qualquer hora, além de diminuir gastos com papel, cartuchos de impressora, armários para arquivos e fotocópias”, defendeu.

Em seguida, o diretor do Núcleo de Modernização e Informática da Justiça Federal – Seção Judiciária de Goiás, Renato Vieira Machado, explicou as formas de se peticionar pelo E-Proc, ferramenta utilizada pelo Tribunal Re-



Felicíssimo: obra apresenta curiosidades e dados históricos sobre a evolução OAB-GO

gional Federal da 1ª Região. Além de login e senha, o E-Proc exige assinatura eletrônica para ser utilizado.

Segundo o presidente da Comissão de Tecnologia da Informação do Conselho Federal da OAB, Alexandre Atheniense, em todo o País existem quase 280 varas que operam sem o papel. “Há, no Brasil, mais de 1 milhão de processos sem uma única folha de papel”, reiterou.

Na Justiça do Trabalho, afirmou Joelson da Conceição Lisboa, ouvidor do TRT da 18ª Região, “cerca de 30% do movimento é feito eletronicamente.”

O vice-presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio Peña, falou ainda sobre a Campanha por Honorários de Sucumbência Justos promovida pela Seccional, sob sua coordenação. Segundo ele, o foco é sensibilizar a magistratura quanto à natureza alimentar dos honorários.

O presidente da Subseção de Caldas Novas, Carlos Martins de Oliveira, elogiou a escolha do processo eletrônico como o tema da edição do colégio. “Encontros como este devem trazer aos advogados questões que farão parte do seu dia-a-dia”, acrescentou. José Divino Alves, presidente da Subseção de Piracanjuba, destacou o trabalho feito pela autarquia para difundir informações aos inscritos, dando-lhes o devido suporte.

A voz dos multiplicadores

A OAB-GO, ao definir o processo eletrônico como tema do XX Colégio de Presidentes, pretendeu transmitir o maior número de informações sobre o novo sistema de peticionamento aos dirigentes das subseções, bem como torná-los multiplicadores desse “aprendizado” aos advogados do interior. A reportagem da Revista da OAB-GO colheu alguns depoimentos sobre a realização do evento. Veja:

“O advogado precisará de tempo para se familiarizar com o peticionamento eletrônico. A OAB-GO foi muito feliz em escolher a informatização da Justiça como tema nesta vigésima edição do Colégio de Presidentes.”

Carlos Antônio de Godoi
presidente da Subseção de Niquelândia



“Considerarei o evento extremamente proveitoso. Quanto ao processo eletrônico, tenho posição formada: enquanto o advogado não se sentar logo à frente do computador para testar seus conhecimentos, será impossível saber qual é o seu grau de dificuldade.”

Marcos Antônio Rodrigues Dias
presidente da Subseção de Iporá



“Este vigésimo Colégio traz à baila um tema de suma importância, que é o processo eletrônico. Pelas informações que tivemos, no máximo, em dois anos não haverá mais o tradicional processo palpável. Temos de nos atualizar.”

Carlos Hernani de Lima Couto
presidente da Subseção de Caiapônia



“Os advogados que atuam no interior conhecem pouco sobre o Projudi. Nós viemos aqui para saber como funciona o peticionamento eletrônico e levar aos profissionais informações para que possam advogar com dignidade.”

Zoraide Rocha Magalhães
presidente da Subseção de Posse



“Este colégio é a melhor forma de estreitar o contato das subseções com a Seccional. É o momento de se trazer as dificuldades para serem debatidas aqui e, em seguida, descobrir as soluções.”

Antônio Paulo Luzzi
presidente da Subseção de Cristalina



Autonomia sob ameaça

Entidades impetram mandado de segurança coletivo contra Ministério Público, que defende criação de procuradorias jurídicas nos municípios

A iniciativa do Ministério Público Estadual (MP-GO) de exigir que as prefeituras assinem Termo de Ajustamento de Conduta que estabelece a criação de procurarias jurídicas próprias e deixem de contratar escritórios de advocacia para prestação de serviços jurídicos continua rendendo polêmica e descontentamento. A questão é que, além da prestação de serviços por profissionais de escritórios de advocacia ter respaldo legal, a grande maioria dos municípios goianos não possui arrecadação suficiente para custear a nova despesa, como pretende o Ministério Público.

Por conta disso, a medida está sendo questionada judicialmente. A União de Advogados, Contadores e Profissionais Liberais Prestadores de Serviços ao Poder Público (Unadcon), juntamente com a Associação Goiana de Municípios (AGM), a Frente de Mobilização Municipalista (FMM) e o Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRC-GO), impetraram Mandado de Segurança Coletivo contra o Ministério Público Estadual visando coibir seus excessos na ingerência da autonomia administrativa do Poder Executivo Municipal. A informação é do presidente da Unadcon, David Carlos Fagundes, acrescentando que o processo da ação é de número 200804376315.

A OAB-GO tem acompanhado o problema de perto, alertando para a dificuldade que a medida acarretará aos municípios. Tanto que tem orientado prefeituras e câmaras municipais no sentido de que se recusem a assinar o Termo e, ao mesmo tempo, escudem-se na Lei de Licitações (Lei 8.666) e em decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal que mostram clara-

Carlos Costa



Reginaldo Martins: termo de ajuste significa vedação à autonomia dos municípios

mente a possibilidade de contratação de serviços terceirizados e até sem licitação em casos específicos.

Novas despesas

No entendimento de advogados e dos próprios prefeitos, a exigência do MP fere a autonomia administrativa municipal. De acordo com o conselheiro da OAB-GO, Reginaldo Martins Costa, o termo proposto pelo MP é, na essência, uma vedação à autonomia dos municípios. “Todos sabem que a maioria dos municípios goianos não tem como montar e manter estruturas jurídicas próprias, por falta de recursos. A proposta do MP, entre outras falhas, obriga os municípios

a criarem novas despesas e isto fere a autonomia municipal. Os orçamentos municipais já foram enviados às câmaras e neles não está prevista a destinação de recursos para estrutura jurídica mais ampla”, sustentou.

Reginaldo Martins ressalta que a medida significa gasto oneroso para o município, porque a nova estrutura exige a figura de um procurador-chefe, de um advogado concursado, de secretária e instalações físicas com equipamentos (telefone, computador e móveis, entre outros). Mas Reginaldo Martins aponta uma questão ainda mais séria: muitas vezes o administrador municipal poderá ter como advogado concursado um pro-

fissional cujas convicções políticas sejam totalmente contrárias às suas e, por isso, mesmo agindo de acordo com os preceitos legais, poderá inviabilizar a administração ou no mínimo travar ações impedindo a solução dos problemas.

A posição do conselheiro, e a mesma da OAB, é que a contratação de escritórios de advocacia para questões específicas e mais complexas é o melhor caminho, pois, nesses casos, o município pagará pelo serviço prestado e não por um gasto permanente ao longo do ano. Além do mais, muitas ações exigem conhecimento específico, às vezes envolvendo vários profissionais e isso ficaria limitado no caso da estrutura jurídica própria. E mais: os profissionais terceirizados agem conforme orientações e interesses do gestor público municipal, contribuindo para solucionar problemas de forma positiva para a municipalidade. Finalizando, Reginaldo Martins lembra que o MP não é órgão orientador do Poder Público nem das atividades funcionais e da conduta de seus membros.

Para AGM, termo penaliza prefeituras menores

O presidente da Associação Goiana de Municípios, Joaquim de Castro, prefeito de Jussara, também tem posição contrária ao Termo de Ajustamento de Conduta proposto pelo MP. “A AGM é contra porque os pequenos municípios, maioria em Goiás, não têm condições de colocar a medida em prática. Os recursos municipais são escassos e mal conseguem sustentar os serviços prioritários da saúde, educação, limpeza pública, melhorias urbanas, ações sociais e tantos outros”, argumentou.

Joaquim de Castro reafirmou que a medida, além de ferir a autonomia municipal, pode colocar

administrações em risco, especialmente se o procurador do município não for de estrita confiança do prefeito. “Nos municípios temos demandas jurídicas nas áreas previdenciária, tributária e administrativa. Será que o procurador terá condições e conhecimento para resolver todos esses conflitos?”, indagou. E acrescentou que a AGM tem procurado orientar os prefeitos no sentido de que a contratação de serviços terceirizados, por fins específicos e para determinado trabalho, é o melhor caminho, ao invés de manter estrutura onerosa que afetará ainda mais as finanças dos municípios.



Benefícios facilitados

Colégio de Delegados da Casag discute propostas para aperfeiçoar a prestação de serviços aos advogados goianos, especialmente no interior

As necessidades e conquistas dos advogados em todo o Estado foram debatidas durante o II Colégio de Delegados da Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag), realizado nos dias 26 e 27 de setembro, em Caldas Novas. Participaram 31 delegados representando as subseções da OAB-GO. Segundo o presidente da Casag, Jaime José dos Santos, os delegados levaram ao encontro a preocupação dos advogados, principalmente daqueles que atuam nos municípios do interior do Estado, com a constante atualização de seus conhecimentos jurídicos, com a modernização e informatização dos escritórios e em proporcionar melhor qualidade de vida para suas famílias.

Os benefícios oferecidos pela Caixa de Assistência como plano de saúde (OAB Saúde), plano de pre-

vidência (OABPrev), livraria, ótica e farmácia foram detalhados nos grupos de trabalho em que os delegados tiveram amplo espaço para apresentar sugestões de melhoria. Jaime informou que o advogado, ao utilizar todos os produtos e serviços disponibilizados pela Casag, além de conquistar significativas melhorias em sua qualidade de vida, terá revertido o valor da anuidade pago à OAB, uma vez que os preços são bem abaixo dos praticados no mercado. “Especialmente no interior, há dificuldade de acesso a livros jurídicos e a equipamentos de informática para melhor qualificação dos escritórios de advocacia e a Casag facilita o acesso a financiamentos”, informou.

Papel do delegado

A diretora-adjunta da entidade, Danielle Parreira, destaca o papel do delegado enquanto elo de ligação en-

tre os advogados e a entidade, divulgando aos profissionais do interior as conquistas da categoria. Em sua opinião, benefícios como plano de saúde e de previdência são fundamentais para o futuro de profissionais liberais como os advogados. Danielle lembra que a OABPrev é um plano sólido, com garantias sérias, em que o próprio advogado tem opção de escolher quanto quer projetar para o futuro. “O profissional liberal não tem garantia de emprego e investir em previdência é uma poupança forçada, que será importante complemento na hora da aposentadoria. A questão precisa ser muito bem trabalhada, criando nos profissionais a consciência da necessidade de pensar no futuro”, disse.

A solenidade de abertura do evento foi prestigiada pelo vice-presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio; conselheiros Flávio Borges



II Colégio de Delegados da Casag, em Caldas Novas: atualização constante

e Alexandre Magno; conselheira e diretora-adjunta da Escola Superior de Advocacia, Márcia Queiroz Nascimento; coordenador-geral das caixas de assistência, Walter Cândido dos Santos; tesoureiro da Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais, Lúcio Aparecido Souza e Silva; presidente da Casag, Jaime J. dos Santos; vice-presidente, Enil Henrique de Souza Filho; secretário-geral, Antônio Carlos da Silva Magalhães; secretário-adjunto, Antônio Antenor Rodovalho; diretora-adjunta, Danielle Parreira Belo Brito; diretor-adjunto, Amadeu Gustavo de Faria; e os delegados da Casag nas subseções.

Avanços

O ponto alto do II Colégio de Delegados foi a apresentação de sugestões de melhoria e aperfeiçoamento dos serviços disponibilizados pela Casag para que cheguem com mais facilidade aos profissionais em todos os municípios goianos. Entre as sugestões, estão a criação da casa do advogado do interior, melhoria de convênios médicos, odontológicos e farmácias, ampliação da rede de convênios com restaurantes nas cidades turísticas, elaboração de sites regionalizados para integração e divulgação de eventos, visitas a profissionais em seus escritórios apresentando vídeo sobre o evento, seguros, livreria itinerante e comercialização de livros pela internet, além de serviços de suporte nas áreas de marketing e informática.

O sucesso do evento foi destacado pelos delegados durante jantar de confraternização. Para a delegada da Casag Sílvia Beloti Gonçalves, da Subseção de Santa Helena, o avanço mais importante foi a abertura de espaço para reivindicações gerais e específicas, no qual se buscam conquistas para os profissionais que atuam em determinada região do Estado. “A diferença entre o primeiro Colégio de Delegados e este, é que

fomos mais ouvidos, tivemos maior participação. Reivindicamos o que pode ser feito para melhorar. Muito bom o evento”, afirmou. O delegado da Subseção de Jataí, Marcos Bittencourt Ferreira, elogiou o dinamismo da atual direção da Casag, lembrando que ela tem realizado trabalho célere e atuante.

Importância histórica

A Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás, entidade beneficente, sem fins lucrativos, completou 65 anos em 20 de novembro último e foi criada com a missão de ser a casa do advogado e sua família. A Casag é constituída por advogados e estagiários inscritos no quadro da Ordem dos Advogados–Seção de Goiás, tendo por finalidade prestar assistência e seguridade social aos inscritos e seus dependentes. O braço assistencial da OAB-GO disponibiliza mais de 400 convênios visando garantir assistência integral ao advogado e seus familiares.

Um momento marcante na história da instituição foi a aquisição, em 27 de dezembro de 1950, do terreno situado na esquina da Avenida Goiás, com a Rua 1, no centro de Goiânia. O fato está registrado na página 39 do livro *O Tempo da Ordem*, de Felicíssimo Sena: “A caixa de Assistência adquire da empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda o lote no Setor Central. A lavra da escritura é fotografada para a posteridade. Hélio de Araújo Lôbo, presidente da compradora, se cerca do procurador da vendedora e de satisfeitos companheiros de jornada. E, claro, do tabelião. A obra se situa na esquina da Avenida Goiás e rua 1, Centro. Tem gabarito ousado para a época. Três andares, firmes e para durarem. Ali, Tristão Ferreira da Fonseca Neto a concretiza, por ter oferecido a melhor proposta”.

Na avaliação da delegada da Subseção de Itumbiara, Jacira Carvalho Ribeiro Vieira, o evento foi memorável. Ela ressaltou a qualidade do encontro e o empenho da atual diretoria em defesa dos direitos do advogado e seus dependentes. O próximo colégio de delegados será no primeiro semestre de 2009, em Rio Verde.

Legado de Hélio Lôbo

O advogado e jornalista Hélio de Araújo Lôbo, falecido recentemente, foi o primeiro presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás, de 1946 a 1950. Além de ser protagonista no processo de aquisição do terreno onde funciona a sede da Casag, foi um dos mais atuantes pioneiros de Goiânia e Brasília. Ele deixou para as futuras gerações um pedido especial: “Proclamemos que o direito não morreu, nem morrerá jamais. Ele existirá sempre, enquanto existir o homem, como justa medida nas relações de indivíduo a indivíduo, de nação a nação, do homem para com a sociedade e desta para com ele”. O pioneiro nasceu em Bela Vista de Goiás, em 17 de outubro de 1914. Estudou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Cidadão Brasiliense, foi também um dos maiores defensores da construção de Brasília, para onde se transferiu em 1957. Atuou no gabinete do Ministério do Planejamento e Coordenação, responsável pelo processo de transferência dos órgãos federais do Rio de Janeiro para Brasília. Ele lembrava sempre que “foram seis anos de trabalho sem trégua, com muita determinação e entusiasmo, consolidando os alicerces da capital federal”. Hélio de Araújo Lôbo morreu aos 94 anos de idade, no dia 16 de agosto deste ano, em Brasília.

PÓS-GRADUAÇÃO ALFA

A MELHOR DECISÃO PARA O SUCESSO DO SEU FUTURO PROFISSIONAL.

ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA JURÍDICA

- ▶ DIREITO TRIBUTÁRIO EMPRESARIAL
E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
- ▶ DIREITO DO TRABALHO
E PROCESSO DO TRABALHO
- ▶ DIREITO PENAL
E PROCESSO PENAL

A Faculdade ALFA lança seu programa de Pós-Graduação em Direito, com o apoio da estrutura da Melhor Escola de Negócios do Centro-Oeste, aliada ao corpo docente mais respeitado e qualificado de Goiás.

Se você é um profissional que busca sempre os melhores resultados, bata o martelo e venha para a ALFA.

FACULDADES
ALFA
LVES AKIA

A MELHOR
ESCOLA DE
NEGÓCIOS
DO CENTRO-OESTE

(62) 3272-5036 / www.alfa.br

Mais próximo da Justiça

Sistema inaugurado no Fórum de Goiânia abre espaço para que o usuário possa se manifestar sobre a qualidade do atendimento jurisdicional

Uma das maiores conquistas da Comissão da OAB-GO de Acompanhamento dos Trabalhos da Diretoria do Foro de Goiânia, o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) vem atendendo plenamente seus objetivos. Inaugurado no dia 2 de outubro na sala 176, andar térreo do Fórum, o serviço coloca à disposição dos usuários da Justiça infra-estrutura que lhes possibilita encaminhar sugestões e reclamações aos órgãos do Poder Judiciário.

A sala dispõe de dois computadores, dois atendentes e de uma linha telefônica gratuita por meio do número 0800 6456300. Reclamações e sugestões podem ser feitas também pelo portal do Tribunal de Justiça (www.tjgo.jus.br). O usuário acessa a página principal do TJ, procura o link ‘contato’ e clica em Serviço de Atendimento ao Usuário. As opiniões recebidas por meio de formulário eletrônico e por telefone serão enviadas ao Fórum de Goiânia, ao Ministério Público, à Procuradoria de Assistência Judiciária e à OAB-GO.

Na solenidade de inauguração do SAU, estiveram presentes os presidentes da Seccional goiana, Miguel Ângelo Cançado, e do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador José Lenar de Melo Bandeira; o diretor do Foro, juiz-corregedor Carlos Alberto França; o vice-presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio Pena; o secretário-geral, Celso Gonçalves Benjamin; a secretária-geral-adjunta, Maria Lucila Ribeiro Prudente de Carvalho; e diversos



Carlos Costa

Sala do SAU: infra-estrutura dá suporte ao trabalho de advogados no Fórum

conselheiros integrantes da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos da Direção do Foro. A criação do serviço foi uma idéia apresentada pela Ordem, por meio de intensa gestão de todos os integrantes da Comissão, que se reuniram por diversas vezes com o juiz-corregedor.

Na ocasião, o coordenador da Comissão definiu o SAU como um “instrumento eficaz para identificar os pontos de maiores reclamações e insatisfações tanto dos advogados quanto dos cidadãos”. Na opinião de Murillo Lobo, a iniciativa de se criar espaço que reúna manifestações dos usuários da Justiça “é uma inovação no País”. O conselheiro lembra que o Fórum é o local mais procurado por advogados e estagiários em Goiás e representa quase um

terço das demandas.

O desembargador José Lenar afirmou que gestos assim são extremamente importantes porque aglutinam artífices da Justiça – juiz, advogado e promotor – em benefício da sociedade. “Estou feliz com a participação desses três vértices do Judiciário que se unem para essa composição maior”, declarou. Para o presidente do TJ, os cidadãos precisam ajudar na melhoria da prestação jurisdicional e “nós teremos satisfação e humildade para receber as críticas que virão”.

“Um formidável sistema de comunicação entre o usuário da Justiça e a administração da comarca de Goiânia”, conceituou o juiz-corregedor Carlos Alberto França em relação ao SAU. Ele explicou que

reclamações ou sugestões dos serviços prestados serão encaminhadas aos órgãos competentes, sejam à diretoria do Foro, ao Ministério Público ou à OAB-GO. Carlos Alberto enfatizou a iniciativa como mais uma abertura do Judiciário às demandas da sociedade.

O secretário-geral da Seccional, Celso Benjamin, endossa os posicionamentos das demais autoridades e reafirma o papel do SAU como instrumento valioso à disposição da comunidade goiana. “Esse serviço foi uma preocupação da Ordem em proporcionar à categoria e àqueles que buscam acesso à justiça canal de comunicação com o judiciário e outros setores envolvidos com a prestação jurisdicional”, ressaltou.

Os profissionais presentes no lançamento do serviço acreditam que é fundamental estabelecer canal de aproximação entre o cidadão e a diretoria do Fórum. “É preciso haver esse entrosamento para que eventuais dificuldades no exercício da advocacia sejam resolvidas”, de-



Carlos Costa

Érica Justina: o público ganha meios para se expressar sobre o trabalho do Judiciário

fendeu a advogada Cristiane Amaral Beffart. Esse é o mesmo pensamento do advogado Giuliano F. Miotto, que cumprimenta a OAB-GO por mais esse serviço, cuja principal virtude é melhorar sensivelmente o atendimento no Fórum. De um

modo geral, os advogados realçam a possibilidade de participação dos usuários. “O público poderá dizer, agora, suas impressões sobre o trabalho prestado pelos organismos da Justiça”, ponderou a advogada Érica Justina.

Padrão para escritanias

A Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos da Diretoria do Foro de Goiânia tem alcançado êxito em vários pleitos em benefício da advocacia e da sociedade. Além do SAU, o coordenador Murillo Lobo destaca a elaboração do Manual de Procedimentos Cartorários Cíveis. “O manual foi outra conquista importante da nossa Comissão, uma reivindicação antiga prontamente atendida pelo diretor do Fórum”, reconheceu o coordenador.

Em abril, o juiz-corregedor Carlos Alberto França determinou a criação de grupo de trabalho para elaborar o manual. Em sua primeira versão, o documento busca pa-

dronizar as rotinas cartorárias, forma de gestão dos processos, expedição de documentos, ofícios e alvarás, entre outros atos rotineiros. “O objetivo é oferecer melhor compreensão e acompanhamento do advogado e estagiário quanto à apresentação de seus processos junto ao Poder Judiciário”, salientou Murillo Lobo. O conselheiro espera que a primeira versão seja ainda aperfeiçoada com sugestões que virão com o tempo. Em suma, o manual deverá uniformizar o padrão de atendimento das escritanias.

Algumas vitórias importantes da Comissão mostram o empenho de seus integrantes para agilizar servi-

ços no Poder Judiciário. Em junho, a diretoria do Foro recomendou aos escrivães da capital que, independentemente da petição encaminhada, seja feita a juntada aos autos das guias de custas finais, de locomoção e de subestabelecimentos de mandato apresentados diretamente à escritania. Outra reivindicação atendida foi a contratação de mais escreventes para melhorar o atendimento nas Varas de Família e na de Execução Penal. Uma terceira medida foi percebida imediatamente pelos advogados: a instalação de máquinas de extratos nos andares do Fórum em que funcionam varas cíveis e criminais.



Carlos Costa

Medeiros, Márcia Queiroz, Iunes e Tasse: cerca de 400 pessoas participaram de palestra na ESA-GO

Novo código sob debate

Escola Superior de Advocacia coloca tema em discussão numa iniciativa destinada a contribuir para a formação e aperfeiçoamento de profissionais

“**A** pesar das deficiências ainda existentes, das falhas constatadas e da necessidade de entendimento correto na aplicação do texto legal, tenho esperança de que as mudanças introduzidas no Código de Processo Penal serão positivas e que poderemos ter um modelo mais democrático e mais ágil de julgamento dos cidadãos”. A afirmação foi feita

pelo procurador federal paranense Adel El Tasse, durante ciclo de palestras organizado pela Escola Superior de Advocacia da OAB-GO, com o objetivo de discutir, avaliar e repassar informações sobre a nova legislação do Código de Processo Penal, que entrou em vigor em agosto deste ano. O seminário, cujo tema central foi As Recentes Modificações no Código de Processo Pe-

nal Brasileiro, teve duração de dois dias, com participação também do advogado criminalista, conselheiro da OAB-GO e diretor adjunto da ESA-GO Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Discorrendo sobre a Lei 11.689/2008, Adel El Tasse observou que ela tratou especificamente do Tribunal do Júri. “Tenho insistido que não se pode fazer uma aná-

lise reducionista dessa lei. Ela não é uma lei que meramente altera o procedimento. Ela traz uma mensagem que é a da alteração efetiva do modo do júri brasileiro, transformando o nosso modelo que tinha fortes raízes inquisitoriais, desde o número de jurados, uso de beca (que ainda preservamos) e banco dos réus, em modelo de júri acusatório puro, pelo qual as partes debatem mais, possibilitando uma decisão mais livre pelos jurados”, argumentou o palestrante.

Tecendo comentários sobre os pontos mais polêmicos e importantes da nova lei, Adel El Tasse observou que neste novo modelo, os jurados não respondem a indagações técnico-jurídicas, uma vez que não têm formação para isso, mas respondem a uma questão básica: se o réu deve ser absolvido ou não. Ele também explicou que, com as alterações, os debates passaram a ter a presença mais marcante do contraditório, a partir da diminuição do tempo normal de duas para uma hora e meia e o aumento do tempo de réplica e tréplica de meia hora para uma hora. “O legislador tentou conferir maior contraditório ao sistema”, disse. O palestrante também lembrou que a nova lei não prevê o banco dos réus. “É passível de punição qualquer insistência em se colocar a pessoa em julgamento sentada em local separado, longe de seu advogado. O lugar do acusado é ao lado de seu defensor”, asseverou.

Celeridade

Na opinião do conselheiro seccional Pe-

dro Paulo Guerra de Medeiros, as recentes alterações no Código de Processo Penal visam primordialmente imprimir mais celeridade às ações judiciais e reafirmar os direitos fundamentais do cidadão. As Leis 11.689, 11.690 e 11.719 mudaram radicalmente o rito de um processo penal. “Apesar de o Ministério Público oferecer denúncia contra uma determinada pessoa, pedindo ao juiz a instauração de uma ação penal, existe a possibilidade do denunciado elaborar uma defesa por escrito. Em razão do teor da defesa, o magistrado pode rejeitar o pedido”, explicou o conselheiro. Um aspecto importante, na avaliação de Pedro Paulo, é o fato de que o juiz pode também absolver sumariamente o acusado em várias situações, entre elas se o caso suscitar dúvidas. “Essa absolvição é passível de recurso de apelação”, advertiu.

Uma outra alteração importante é a inadmissibilidade de provas ilícitas. “Tempos atrás, se conside-

rava a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Suprema Corte Americana na questão das provas, mas, hoje, nós temos a própria Constituição que faz menção ao tema”, esclareceu. Uma terceira mudança refere-se à proibição do uso de elementos colhidos no inquérito para subsidiar uma condenação. O conselheiro entende que o juiz deve utilizar as provas colhidas na ação penal, levando em consideração o contraditório e o devido processo legal. E por fim, o advogado destaca mais uma alteração que considera importante: a critério do magistrado, ao decretar a condenação, ele pode indicar o valor para reparar o dano da vítima. “O passo seguinte é a execução dessa sentença penal, após transitada em julgado, e com base nesse valor arbitrado”, acrescentou.

Tema fundamental

Cerca de 400 pessoas entre advogados, estudantes, bacharéis e profissionais em geral participaram

Carlos Costa



Tasse: “Modelo mais democrático e mais ágil no julgamento dos cidadãos”

das palestras. No primeiro dia, o auditório e as três salas da Escola Superior de Advocacia ficaram lotados e os presentes demonstraram muito interesse no tema. Essa intensa participação mostra o acerto da Escola em promover seminários, palestras e cursos com o objetivo

de formar e aperfeiçoar os conhecimentos dos advogados goianos. Tanto que vários participantes opinaram sobre o assunto que tem suscitado muitas análises e debates.

O advogado Salomão de Freitas Gonçalves disse ao fim da palestra que o tema foi muito bem coloca-

do e o palestrante demonstrou ter pleno conhecimento do assunto. “A meu ver essa lei ainda trará muita polêmica, porque há aspectos que não estão muito claros”, observou ele. Já o advogado Hélio Bolívar classificou a palestra como de alto nível técnico e de muita profundidade e que iria contribuir de maneira efetiva para o dia-a-dia do trabalho profissional. Sobre a nova lei, ele considera que a mesma propõe um modelo mais democrático e mais justo de processo penal. Contudo, observou que os profissionais terão dificuldade em adaptar-se às novas regras, em razão do costume com o modelo anterior, especialmente aqueles que já militam há muito tempo na área criminal.

O advogado Eni Cabral, ex-conselheiro da OAB-GO, disse que a palestra foi de muita valia, tanto para advogados quanto para estudantes. “A lei traz avanços na medida em que faz opção por um processo mais democrático, que atende mais o interesse de conciliação da sociedade”, argumentou. Contudo, ele entende que a nova legislação precisa ser melhorada. “Nós advogados acreditamos muito no ser humano e as melhorias são possíveis. A mudança do modelo inquisitório para o modelo acusatório fica evidente na nova lei e isso é importante, mas precisamos avançar mais”, disse.

O estagiário Breno Teixeira afirmou que a palestra foi importante porque as alterações introduzidas no Código de Processo Penal são recentes e exigem maiores esclarecimentos. “Se você se mantém atualizado e se antecipa nos estudos, consegue vitórias na carreira”, disse. O advogado Dyellber Fernando de Oliveira Araújo, que atua na área criminal, ressaltou que a palestra iria ajudar nos casos em que trabalha. “Essas nuances da nova legislação trouxeram fatores favoráveis para o sistema penal”, arrematou.

Mudanças pontuais

- Formação do júri: idade mínima para participar como jurado cai de 21 para 18 anos
- Substituição da *iudicium accusatione* (primeira fase do procedimento ou sumário da culpa) por uma fase contraditória preliminar, a ser encerrada em 90 dias
- Vedação expressa da eloquência acusatória na decisão de pronúncia
- Ampliação das hipóteses de absolvição sumária
- Recurso cabível contra as decisões de importância e absolvição sumária, que não mais será o Recurso em Sentido Estrito (RESE), mas sim, a apelação
- Intimação da decisão de pronúncia: em se tratando de réu solto, passa a ser admitida a intimação por edital, com o normal prosseguimento do feito, o que colocou fim à chamada crise de instância
- Desaforamento para a Comarca vizinha: quando o julgamento não realizado em 6 meses seguintes ao trânsito em julgado da decisão de pronúncia
- Extinção do libelo acusatório: pedido ou requerimento feito pelo Ministério Público, após a fase da pronúncia no Tribunal do Júri
- Impossibilidade de dupla recusa de jurados
- Adoção da *cross examination*: sistema de pergunta direta onde a parte passa a ter contato direto com a testemunha, formulando diretamente as perguntas
- Limitação na leitura de peças em plenário. Só pode ser lido o estritamente necessário, evitando gasto ilimitado de tempo na leitura de peças longas
- Extinção de protesto por novo júri

Reformas ainda causam polêmica

Outra iniciativa com o objetivo de analisar as reformas introduzidas no Código de Processo Penal foi organizada pela Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag). Trata-se da palestra realizada no dia 30 de setembro, com o tema “Reformas do Código de Processo Penal”, com o professor Guilherme de Souza Nucci, mestre em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que abordou de forma clara e objetiva todos os aspectos mais relevantes e polêmicos da nova legislação. O evento foi realizado no auditório Eli Alves Forte, na sede da OAB-GO.

Segundo ele, existem falhas e existem acertos. Esses, os aplicadores da lei devem cumprir, devem seguir; já as falhas precisam ser corrigidas. “Infelizmente existem muitas contradições que acabam entrando em choque umas com as outras na mesma reforma”, disse Guilherme Nucci, lembrando que na realidade são três leis distintas (11.689 e 11.690, ambas de 9 de junho de 2008, que entraram em vigor em 9 de agosto de 2008 e a 11.719, de 20 de junho de 2008, em vigor desde 20 de agosto último), sendo que determinados dispositivos se contradizem, o que é um aspecto negativo e ruim.

Como exemplo ele lembra que hoje é possível ter citação por hora certa, que é uma citação ficta, não uma citação pessoal. “O legislador parece ter se esquecido de colocar no artigo 366 do Código de Processo Penal, como havia no texto anterior, que a citação por edital suspen-

de o processo. Ora, a citação por hora certa também suspende o processo. Então teremos juízes que vão suspender o processo e outros que não e isso não poderia ocorrer numa reforma que é nova. Isso significa que ela já começa com um tipo de choque que vai acabar trazendo nulidades”, ressaltou.

O palestrante também se disse contrário à redução da idade do júri de 21 para 18 anos. “Essa posição está na contramão do Judiciário moderno. Recentemente, por emenda constitucional, aumentou-se a idade dos candidatos ao cargo de juiz, juiz togado, concursado, que hoje deve ter mais de 25 anos. Não é justo, especialmente para o réu, ao ser julgado, pois um jurado que é leigo, que não tem de fundamentar sua decisão, em lugar de ter mais idade, teve sua idade diminuída para o tribunal do júri”, observou. Segundo Nucci, um jovem de 18 anos pode ser preparado para muitas coisas, mas não para ser juiz. “Essa preocupação eu tenho. Não descarto a possibilidade de existirem jovens preparados para serem juízes, mas eu acho a generalização perigosa. Um conselho de sentença formado por jovens de 18 anos pode trazer consequências graves”.

Audiência única

Uma outra crítica do professor Guilherme Nucci é quanto à audiência única introduzida na reforma do Código Penal. Segundo ele, a audiência única pode se encaixar em processos mais simples, por ser mais rápida e eficiente. Contudo, em processos complexos e em varas assoberbadas de trabalho isso pode dar errado. “O réu pode não se apresentar e aí o juiz

tem de mudar a audiência inteira para outra data. Ou a testemunha pode faltar, o advogado pode faltar, o promotor pode faltar, enfim, determinadas situações podem acontecer de modo que a audiência em bloco vá para outro dia. E no outro dia tem outra audiência em bloco, ou seja, muitas pessoas para serem ouvidas. Como é que o juiz faz se não pode quebrar, dividir, encaixar duas pessoas em um dia, três no outro. Eu acho que isso pode acarretar problemas”, comentou.

A videoconferência é outro aspecto polêmico na visão do palestrante Guilherme Nucci. Ele se diz contra por entender que o contato pessoal juiz/testemunha, juiz/réu é muito importante. “Essa é uma tendência para a qual caminhamos, mas acho que a videoconferência não pode começar pela área criminal. Podemos iniciá-la em vários setores, inclusive até fazer consulta médica por esse método, mas por que introduzir a videoconferência no julgamento de uma pessoa?”, indagou o professor. No seu entendimento, a videoconferência estabelece uma desconexão do juiz com a prova.

Guilherme Nucci também alinhou alguns acertos que considera importante, em especial a consagração da oralidade do processo. Segundo ele, é preciso que as partes e o juiz, da melhor forma possível, parem de escrever. “Tudo petição, tudo por escrito não dá. Acho que há mais celeridade em ter que debater oralmente, pleitear oralmente, decidir oralmente”, sustentou ele. Outra vantagem apontada foi o aprimoramento do capítulo da prova, em que o legislador conceituou a parte ao permitir a entrada nas provas, avançando uma matéria que estava na Constituição mas não tinha lei ordinária.

Diretoria avalia inscrições

Seccional anuncia pedidos de inscrição deferidos para disputa à vaga de desembargador no Tribunal de Justiça de Goiás

No dia 21 de outubro, a diretoria da OAB-GO concluiu análise dos pedidos de inscrição à lista sêxtupla para preenchimento da vaga de desembargador no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. A vaga destina-se à advocacia em virtude do quinto constitucional e foi liberada em decorrência da aposentadoria do desembargador Charife Oscar Abrão. A diretoria também julgou impugnações propostas pela advogada Kamila Bueno da Silva, mas não acolheu nenhuma delas.

Entre os pedidos de inscrição analisados pela diretoria da OAB-GO, foram indeferidos os seguintes nomes: Dalvina Alves Cardoso, Fernando Jacques Onófrio, Jônathas Silva, Limírio Martins Sobrinho, Luiz Carlos da Silva Lima, Mariluci Sousa Bueno e Tadeu Fernando de Almeida Pimentel. Desses, apenas Martins Sobrinho e Jacques Onófrio não apresentaram defesa prévia.

Já as inscrições deferidas somam 12 nomes. São eles: Cláudio Louzeiro Gonçalves de Oliveira, Dalmy Alves de Faria, Douglas Dalto Mes-

Notório saber

O quinto constitucional está previsto no artigo 4º da Constituição Federal, que destinou 20% das vagas existentes nos Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunal Superior do Trabalho (TST) a advogados e a membros do Ministério Público. Veja o que diz o artigo 94:

“Um dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios será composto por mem-

bros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e por advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes”.

E o parágrafo único afirma: “Recebidas as indicações, o tribunal formará lista tríplice, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subsequentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação”.

sora, Geraldo Gonçalves da Costa, João Jaci José Pereira, José Eliton de Figueirêdo Júnior, Maria Thereza Pacheco Alencastro Veiga, Marisvaldo Cortez Amado, Marcos Antônio Mendes Costa, Mário Márcio Ferreira da Silva, Sérgio Reis Crispim e Tânia Morato Costa.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Lenar de Melo Bandeira, entregou no dia 2

de julho ao presidente da Seccional, Miguel Ângelo Cançado, ofício em que comunicou a vacância de cargo de desembargador do TJ-GO. Quando a Seccional encaminhar a lista sêxtupla ao Tribunal, será submetida à apreciação de órgão especial para elaboração de outra lista, com três nomes de advogados, a ser submetida ao governador do Estado, que fará a escolha do novo desembargador.

Inglês Legal English

CAMBRIDGE
ILEC

Cursos específicos para área jurídica.

Melhor corpo docente do país.

Fone: (62) 3214.1885 - Fax: (62) 3215.4477

**Rua 6, 226, esq. c/ rua 5
Setor Oeste - Goiânia - GO**

CEP 74115-070

(Atrás do Pão de Açúcar Tamandaré)

Prevaleceu a justiça

Graças à ação da Comissão de Direitos Humanos da OAB-GO, cerca de 850 famílias deixam de ser despejadas de terrenos que precisam ser regularizados

Na sessão plenária do dia 3 de setembro, o presidente da OAB-GO, Miguel Ângelo Cançado, e o da Comissão de Direitos Humanos, Acesso à Justiça e Direitos Sociais da Seccional, Paulo Gonçalves, receberam representantes de moradores do Residencial Serra das Brisas e do Setor Belo Horizonte Sul, em Aparecida de Goiânia, que corriam risco de desocupação dos loteamentos. Mas graças às medidas judiciais promovidas pela Comissão de Direitos Huma-

nos, o fantasma do despejo deixou de rondar aquela região. Durante a plenária, o presidente da comissão lembrou que a Ordem tem se mostrado presente nas lutas sociais. “O advogado tem seu papel social”, reiterou Gonçalves.

No dia 12 de agosto, as cerca de 850 famílias que vivem na área de litígio conseguiram no Tribunal de Justiça decisão comemorada até os dias de hoje. O desembargador Alfredo Albinagem, da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Goiás, suspendeu ordem de despejo até

o julgamento dos embargos de terceiros propostos pelos moradores, sob orientação da Comissão de Direitos Humanos da OAB-GO. A decisão do desembargador chegou antes do término dos 90 dias estipulados anteriormente para que um acordo impedisse a reintegração de posse. O prazo venceu no dia 28 de agosto.

Esses mesmos embargos haviam sido indeferidos pelo juiz Ricardo Teixeira Lemos, da 1ª Vara Cível de Aparecida, mas o próprio doutor Ricardo concedeu a reintegração de posse em última



Carlos Costa

Volta à normalidade: Residencial Serra das Brisas segue sua rotina, depois de afastada a ameaça de despejo



Carlos Costa

Moradores em frente ao Tribunal de Justiça de Goiás: advocacia cumpre papel social

instância, em abril do ano passado, em favor da família de Luiz Antônio Lino, proprietária das terras. A ordem de despejo, que deveria ser cumprida no início de setembro, está suspensa e agora os moradores poderão defender seus interesses na Justiça. Mais de 4 mil pessoas que vivem a quase duas décadas no Residencial Serra das Brisas e no Setor Belo Horizonte Sul estavam na iminência de serem desalojadas dos lotes a qualquer momento. Segundo os moradores, os terrenos foram comprados da Construtora Gutemberg há mais de dez anos. Eles acusam a empresa de não repassar o dinheiro ao proprietário do terreno.

Segundo Paulo Gonçalves, os direitos dos moradores devem ser respeitados. “A luta precisa ser pela regularização dos loteamentos”, comenta. De acordo com informações veiculadas pela imprensa, os herdeiros da polêmica área concordam com a desapropriação proposta pela prefeitura, mas querem R\$ 20 milhões pelo terreno. A Câmara de Valores Imobiliários, porém, fez estudo dos lotes e os avaliou em R\$ 14,7 milhões. Os proprietários da terra prometem recorrer da anulação da decisão proferida pelo desembargador Alfredo Abinagem. E dizem que vão recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Debate no MP

A busca de uma solução para a ameaça de despejo enfrentada pelos moradores do Residencial Serra das Brisas e do Setor Belo Horizonte chegou a ser debatida, no início de agosto, em reunião no Ministério Público de Goiás. O encontro, mediado pela coordenadora do Centro de Apoio Operacional (CAO) do Meio Ambiente, Miryam Belle Moraes da Silva, tratou da proposta de desapropriação da área. Era uma tentativa de buscar uma solução negociada para colocar fim ao impasse.

Na ocasião o vice-governador Ademir Menezes, que representou o Estado nas negociações, afirmou o interesse do Executivo em resolver o mais rápido possível o impasse envolvendo as famílias. O processo de desapropriação da área seria feito em parceria com o município de Aparecida. Cada família deveria receber um lote. A indenização então seria paga de forma parcelada à família declarada proprietária do imóvel pela Justiça. A viabilidade dessa iniciativa estava na dependência de uma avaliação do imóvel. Só depois de toda a tramitação legal é que seria liberado o pagamento.

Secretário-geral da Comissão de Direitos Humanos da Seccional,

Proprietários rejeitam indenização

A Procuradoria-Geral de Aparecida de Goiânia tomou a iniciativa e deverá entregar proposta de desapropriação do Residencial Serra das Brisas e do Setor Belo Horizonte Sul. A Procuradoria propõe indenizar em R\$ 6,8 milhões a família Lino e Silva, cedendo a área às mais de 4,5 mil pessoas que vivem no local desde o início dos anos 90. Segundo informações do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Aparecida (Ipuua), os dois loteamentos, que somam mais de 650 mil metros quadrados, seriam unificados. Dos 1.116 lotes existentes, 833 seriam desapropriados – 471 no Serra das Brisas e 362 no Belo Horizonte Sul. O restante seria destinado à instalação de equipamentos públicos, como praças e jardins, e os lotes vagos ou comerciais ficariam com a família Lino. Contudo, Luiz Antônio Lino já avisou que rejeita a proposta da Procuradoria-Geral. Ele não abre mão dos R\$ 20 milhões que considera o valor justo pelo terreno.

Alexandre Prudente, acredita que a melhor solução para o caso seria o poder público estipular indenização a ser paga aos proprietários da área, de acordo com valores de mercado, “sem subvalorizar ou supervalorizar o imóvel”. Prudente defende uma solução amigável, de forma que os setores sejam entregues aos seus moradores de fato. Mas, por enquanto, o governo estadual se mantém em silêncio.



Os homens mais elegantes do Estado ganharam uma loja à altura

Tevah, líder no segmento de moda masculina, lança sua loja em Goiânia com moderna linha de vestuário. Nela você encontra completa alfaiataria, moderna sapataria e o melhor jeans e sportwear.



Aproveite para conhecer a **tecnologia HIGH TECH** capaz de elaborar calças, ternos e camisas personalizados.



Avenida T-9, esq. com Rua 9 - Setor Marista
Goiânia-GO - Fone: (62) 3941-5039
goiania@tevah.com.br

Falta cumprir a lei

País dispõe de uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo, falta implantá-la, mostra seminário realizado pela Seccional

Antenada com os temas mais frequentes e importantes que concentram a atenção da sociedade e preocupada em oferecer conteúdo informativo capaz de ajudar profissionais da advocacia a tomar decisões nas mais diversas áreas de atuação, a OAB-GO, por meio da Comissão de Direito Ambiental e da Escola Superior de Advocacia de Goiás (ESA-GO), promoveu o seminário “Direito Ambiental: Origem, Realidade e Perspectiva”, realizado no mês de setembro no auditório da Seccional, com mais de 300 participantes.

O palestrante foi o consultor em Direito Ambiental, Edis Milaré, nome consagrado no que se refere a procedimentos judiciais e administrativos na esfera ambiental. Ele é procurador de Justiça aposentado



Carlos Costa

Direito Ambiental: origem, realidade e perspectiva em debate na OAB-GO

e foi um dos principais colaboradores para a redação do Capítulo IV da Constituição Federal de 1988, na matéria que rege o tratamento do meio ambiente em termos de cidadania e política ambiental. “Nós temos uma legislação ambiental que faz inveja a qualquer país considerado adiantado”, enfatizou, alertando que as dificuldades encontradas estão na implementação prática desta mesma legislação, mas que o Brasil pode se orgulhar por possuir leis que coíbem práticas antiecológicas.

Importância

Discorrendo sobre a origem, realidade e perspectivas do Direito Ambiental, Edis Milaré, falou sobre a crise ambiental e a utilização da lei para tentar superar problemas; perguntou aos presentes se o

País está realmente administrando de forma harmoniosa seu patrimônio natural; lembrou que os bens naturais são finitos e que é preciso compatibilizar a exploração econômica das riquezas naturais com preservação ambiental, interferindo de forma mínima na natureza. “Nós sabemos que as grandes degradações ambientais não são praticadas pelo cidadão comum, mas por grandes grupos econômicos e conglomerados industriais ou pelo próprio Estado. Contudo, hoje há leis que permitem responsabilizar criminalmente esses grandes grupos, punindo-os e prevenindo-os para que essas situações não ocorram”, observou Milaré.

O palestrante falou sobre a crescente importância do meio ambiente e, como consequência, o grande significado que ganha o Direito Am-



Carlos Costa

Milaré: lei permite responsabilizar criminalmente grandes grupos

biental que, segundo ele, é hoje uma disciplina especializada na área jurídica que atua principalmente com o foco da proteção ao meio ambiente, uma necessidade cada vez mais premente nos dias atuais. Milaré

abordou os princípios da Rio-92, da Agenda 21 e de outros instrumentos legais que regem a matéria no Brasil. “Por sua importância, o meio ambiente não precisaria de lei para ser protegido”, afirmou citando o

jurista Miguel Reali para mostrar como isso funciona como um grande paradoxo. Veja no quadro a forma com que a questão legal sobre o meio ambiente tem sido tratada ao longo da história

Formação científica e conscientização

De acordo com o presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB-GO, Carlos Freitas Borges Filho, a questão ambiental afeta a todos e por isso tem merecido atenção especial da Ordem. “O Direito Ambiental é o instrumento que protege a relação entre a necessidade do capital de explorar economicamente os recursos naturais e a sociedade que precisa do meio ambiente preservado de forma sustentável e para as gerações futuras”, ressaltou.

Carlos Freitas argumenta também que a Comissão de Direito Ambiental da OAB tem pautado sua conduta com foco na necessidade de promover a formação técnica e a conscientização dos profissionais da advocacia que atuam no ramo do Direito Ambiental. “É preciso que eles tenham visão científica e técnica dessa área do Direito, para que possam atuar de forma correta, desapaixonada, contribuindo para garantir a atividade econômica sustentável e a preservação ambiental, mas sem ferir direitos pessoais, institucionais e constitucionais. Por isso é que estamos trazendo especialistas para discutir a questão e promovendo ações que possam atingir esses objetivos”, disse.

O presidente da Comissão de Direito Ambiental salientou que o Brasil vive momento conturbado no que diz respeito à questão ambiental. Ele se refere à aprovação do Decreto 6.514, de julho de 2008, que veio para substituir o Decreto 3.179, que regula-

mentava a Lei 9.605/2000, referente à questão dos crimes ambientais. Conforme Carlos Freitas, o governo, no afã de legislar, o que não é sua tarefa, conseguiu piorar o que já não era bom, porque o novo texto legal suprimiu alguns direitos dos cidadãos existentes na lei anterior. Ou seja, ao legislar por meio de decreto, o governo comete aberrações jurídicas.

Ele explica que o Decreto 6.514 cria tipos criminais ao arripio do Código Penal e do Código de Processo Penal e vem recebendo sérias críticas da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), porque como está colocado, o Decreto inviabiliza a prática agrícola no País, ao criar série de restrições. “Acho que a meta do governo foi muito mais no sentido de dar satisfação à comunidade internacional, para dizer que está protegendo a natureza. Então é com essa visão que estamos orientando, formando e conscientizando os advogados que atuam no campo do Direito Ambiental. Todos nós devemos defender e preservar o meio ambiente, mas tudo isso precisa ser feito com equilíbrio e bom senso. A OAB tem de formar massa crítica em todas as áreas, sempre primando pela defesa do Direito, em todas as áreas”, afirmou.

A Comissão de Direito Ambiental da OAB-GO também desenvolve ações concretas como a instalação de postos de entrega voluntária de resíduos recicláveis, sendo que um deles



Freitas: visão científica e técnica do Direito Ambiental

está instalado na sede da ESA, no Setor Sul, e outro no CEL da OAB-GO, em Aparecida de Goiânia. Também já propôs ao Tribunal de Justiça de Goiás a criação da Vara Especializada do Direito Ambiental e, se o fluxo de processos for insuficiente, que se amplie a sua abrangência, que poderia ser a Vara Especializada em Direito Agrário e Ambiental.

Em respeito à terra

Seminário promovido pela ESA-GO discute compensação ambiental, reforma agrária, uso do etanol e relação do produtor com a agroindústria

As preocupações com a preservação dos recursos naturais e o uso equilibrado das potencialidades do ecossistema goiano pontuaram os debates do 1º Seminário Estadual de Direito Agrário e Ambiental promovido pela Escola Superior de Advocacia (ESA) da seccional goiana da OAB em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG). O seminário aconteceu nos dias 1º, 2 e 3 de setembro no auditório da Escola e reuniu advogados aficionados pelo tema, acadêmicos de Direito e promotores.

No primeiro dia dos debates, o promotor de Justiça Juliano de Barros Araújo, coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público de Goiás, falou sobre os mecanismos de compensação ambiental. Araújo advertiu que a efetivação do princípio do “poluidor-pagador” é um dos instrumentos que consolida a compensação em várias áreas do Estado. Para o promotor, o empresário que tem consciência sobre o dano ambiental provocado por sua atividade deverá fixar um preço para o negócio a ser implementado. Segundo ele, a compensação precisa evoluir em Goiás. “Se, por um lado, Goiânia tem adotado esse expediente, por outro, o Estado começa a usar a compensação de forma tímida”, avaliou.

Na opinião de Juliano Araújo, os recursos oriundos da compensação ambiental não são aplicados como deveriam. E reitera a posição do Ministério Público de exigir a efetivação de políticas públicas na área ambiental “para que cada órgão tenha política própria de criação, de conservação e de manutenção de unidades”. Um dos debatedores do tema, o presidente da Agência Mu-



Arquivo

Cana-de-açúcar: avanço das usinas de produção de etanol preocupa ambientalistas

nicipal do Meio Ambiente de Goiânia, Clarismino Luiz Pereira Júnior, defendeu a adoção de políticas ambientais para a preservação de recursos naturais e de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. “Esta é uma luta, cujos resultados serão usufruídos pelas gerações vindouras”, destacou.

Na segunda palestra do dia, o advogado do setor agrário Djalma Rezende explicou sobre a ação declaratória de produtividade. “Trata-se de ação pela qual se busca comprovar que a fazenda de propriedade dos recorrentes é produtiva, insuscetível, portanto, de desapropriação para fins de reforma agrária”. O advogado lembrou aos presentes que a edição da Lei nº 8.629/93 facilitou averiguar se um imóvel é produtivo ou não. “Em muitas situações, um imóvel é declarado improdutivo por pressão de alguns movimentos sociais”, disse. A ação declaratória de produtividade está prevista no artigo 4º do Código de Processo Civil e visa paralisar o processo de desapropriação enquanto uma perícia judicial definirá se o imóvel é ou não produtivo.

Na terça-feira, 2 de setembro, o impacto do etanol no meio ambiente e os contratos de integração entre produtor rural e agroindústria foram alvos das

discussões, movimentando time renomado de especialistas. A alternativa do etanol para a matriz energética teve como palestrante o presidente da Subcomissão dos Biocombustíveis do Senado Federal, senador João Tenório, e, como debatedor, o vice-reitor da UFG, Benedito Ferreira Marques. Já o segundo tema do dia – os contratos de integração entre produtor rural e agroindústria – foi apresentado pelo advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg) e mestre em Direito Agrário pela UFG, Milton Hein. Como debatedor, participou o advogado Aldo Asevedo, presidente da Associação Goiana de Direito Agrário.

O evento terminou no dia 3. Na primeira palestra da noite (19 horas), a procuradora da Prefeitura de Belo Horizonte (MG), Delze Santos, falou sobre as perspectivas dos movimentos sociais no meio rural. O debatedor foi o conselheiro seccional José do Carmo Siqueira. Em seguida (20 horas), a procuradora de Goiás e mestre em Ciências Ambientais pela Universidade de Brasília (UnB), Cláudia Marçal, abordou a questão da competência da União, Estados e municípios na defesa do meio ambiente. A participação do público superou as expectativas nos três dias do seminário.



5

HÁ 05 ANOS
ENSINANDO
A REALIZAR
SONHOS.

UM MÉTODO DE
ENSINO
REVOLUCIONÁRIO

CURSOS POR DVD

ANUAL GERAL

s/apostila 12X R\$ 297,00 c/apostila 12X R\$ 397,00

ANUAL FEDERAL

s/apostila 12X R\$ 321,00 c/apostila 12X R\$ 421,00

ANUAL TRABALHISTA

s/apostila 12X R\$ 297,00 c/apostila 12X R\$ 397,00

DELEGADO FEDERAL

s/apostila 12X R\$ 297,00 c/apostila 12X R\$ 397,00

OFICIAL DE JUSTIÇA

s/apostila 03X R\$ 99,00 c/apostila 03X R\$ 112,00

CURSO PARA BACHAREL 1ª FASE

s/apostila 02X R\$ 239,00 c/apostila 02X R\$ 265,00

CURSO PARA BACHAREL 2ª FASE

c/apostila R\$ 198,00

AGENTE E ESCRIVÃO DA POL. FEDERAL

s/apostila 05X R\$ 297,00

INVEST. E ESCRIVÃO DA POL. CIVIL

s/apostila 06X R\$ 110,00

ANALISTA DO TRT

s/apostila 06X R\$ 96,00

AUDITOR DA RECEITA FEDERAL

s/apostila 05X R\$ 297,00

CURSOS APOSTILADOS

GERAL

12X R\$ 260,00

TRABALHISTA

08X R\$ 242,00

FEDERAL

12X R\$ 297,00

DELEGADO ESTADUAL

05X R\$ 286,00

DELEGADO FEDERAL

05X R\$ 286,00

CURSO PARA BACHAREL

R\$ 100,00

OFICIAL DE JUSTIÇA

R\$ 100,00

COORDENAÇÃO
PROF. FLÁVIO MONTEIRO DE BARROS



Carlos Costa

Cerimônia: diretores, conselheiros da OAB-GO e autoridades participam da abertura de encontro

O poder da informação

Encontros nacional e estadual de jovens advogados abrem novo leque de possibilidades para profissionais que estão começando a carreira

Na noite do dia 18 de setembro jovens estudantes de Direito de todo o País ocuparam a maioria dos assentos do auditório Eli Alves Forte, na sede da OAB-GO. A expectativa era grande quanto ao início de dois eventos simultâneos: o 7º Encontro Nacional dos Jovens Advogados e o 2º Encontro da Advocacia Jovem de Goiás. Coube ao presidente da Comissão da Advocacia Jovem (CAJ) da Seccional, Otávio Alves Forte, abrir os eventos, não escondendo seu entusiasmo diante de uma plateia ávida por informações e conhecimento. “Os jovens advogados lutam pelo direito e pela justiça em favor do povo. Fazemos das dificuldades a nossa força”, afirmou. O presidente da OAB-GO, Miguel Ângelo Cançado, cumprimentou Otávio Forte por suas palavras e disse que os jovens são, de

fato, indispensáveis à construção da Justiça, pois participam das lutas sociais no Brasil.

Com o tema “O Início da Carreira e os Novos Ramos da Advocacia”, o presidente da Comissão do Jovem Advogado da OAB-SP, Hélio Gustavo Alves, abriu o ciclo de palestras dos dois encontros na sexta-feira (19). Segundo ele, tempos atrás, o profissional da advocacia conseguia se destacar mais em sua região em face do número reduzido de advogados que ali atuava. “A concorrência aumentou muito, decorrente da proliferação de cursos de Direito e, agora, ficou mais difícil se sobressair na profissão”, ponderou. Contudo, Hélio Gustavo lembrou que existem soluções para se alcançar o sucesso na carreira, como a especialização em ramo específico – “o direito empresarial econômico está em alta –”, sugeriu, e a divulgação de artigos e livros

como forma de consolidar um trabalho nos meios acadêmico e jurídico.

Em seguida, o administrador especializado em gestão e marketing para advogados e escritórios de advocacia, Marco Antônio Gonçalves, falou sobre “Marketing Jurídico como Diferencial de Carreira”. O administrador possui uma definição particular de marketing. “É a arte de conquistar e manter clientes e de desenvolver relacionamentos lucrativos com eles”. Ainda sobre marketing jurídico, Gonçalves enumerou alguns requisitos: conhecer profundamente o Direito, escrever e falar bem em público, além, é claro, de ter bons relacionamentos. Por fim, o especialista aconselhou: “publicar artigos e livros é uma das formas mais importantes de divulgação profissional e a escolha do veículo é fundamental para o seu sucesso”.

A advocacia avançada começou a ganhar força a partir de 1988, ano em que o

Congresso promulgou a Constituição Federal, impulsionando, a partir daí, o Direito no País. Essa tese serviu de base para a palestra da advogada e consultora em gestão de serviços jurídicos Lara Selem. Segundo ela, a advocacia avançada possibilita aos seus gestores, denominados de “advogados alpha”, enfrentarem mudanças com rapidez, flexibilidade, eficiência e alta qualidade nos serviços prestados. “É necessário também acompanhamento da evolução tecnológica, busca pela satisfação do cliente, desenvolvimento de trabalho em equipe e mentalidade estratégica”, complementou. Lara destacou que um profissional ‘alpha’ deve reunir qualidades relacionadas à liderança, visão de negócio, inteligência emocional e humildade, entre outras.

Ainda na sexta-feira, o advogado, administrador e consultor paranaense Rodrigo Bertozzi abordou a “Teoria do 1% e as Cinco Estratégias para o Futuro Jurídico”. Em sua opinião, a maioria dos advogados em início de carreira não

consegue eliminar a dificuldade de transformar pensamentos e projetos em ação. “É uma minoria que se destaca”, disse. E emenda: “1% dos profissionais dita o que os outros 99% vão fazer”. Bertozzi sugere ao jovem transgredir padrões intelectuais, dedicando sacrifício e talento para ser um “campeão”. O consultor ressalta que os melhores advogados do País estudam todos os dias.

Já o doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP, Écio Perin Júnior, fez explanação sobre o mercado de capitais. Para ele, é fundamental o operador do Direito adaptar-se às novas exigências do mercado, aprimorando conhecimentos numa área associada ao direito societário tradicional.

“A Lei 11.767, que trata da inviolabilidade dos escritórios de advocacia, é a lei da defesa livre”, disse com veemência o presidente da Comissão de Legislação da OAB Nacional e conselheiro federal da entidade pelo Piauí, Marcus Vinícius Furtado Coelho.

Carlos Costa



Perin Júnior: profissional deve se adaptar às exigências do mercado

Globalização altera perfil do mercado

Abrindo a programação do último dia do 7º Encontro Nacional dos Jovens Advogados e do 2º Encontro da Advocacia Jovem de Goiás, a presidente da Comissão da Mulher da OAB-MT, Ana Lúcia Ricarte, ministrou palestra falando sobre instrumentos de gestão e planejamento na área do Direito. É preciso, segundo ela, aumentar significativamente a carteira de clientes, oferecendo mais produtos. Em sua análise, com a globalização, mudou o perfil da advocacia e da clientela, que exige versatilidade do profissional. “É necessário analisar o mercado e conhecer bem o segmento em que se está trabalhando”, alertou.

O vice-presidente do Conselho Federal da OAB, Vladimir Rossi Lourenço, também participou dos even-

tos. A um público constituído por moças e rapazes em início de carreira, ele comentou a compensação de honorários de sucumbência recíproca e o empenho da OAB pela mudança da súmula nº 306 do STJ. Na ótica do vice-presidente, “os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte”. Lourenço falou ainda sobre os honorários contratuais e de sucumbência. “É com o honorário que o profissional mantém sua família, seu escritório, seu dia-a-dia e, por isso, a questão exige muito respeito, principalmente dos magistrados”, advertiu.

O presidente da Comissão de Tecnologia da Informação do Conselho



Lourenço: “questão exige respeito, principalmente dos magistrados

Federal da OAB, Alexandre Atheniense, abordou tema que está na ordem do dia dos advogados: o processo eletrônico. “Quando os tribunais definirem que o trâmite dos autos será em formato digital, o advogado não terá alternativa senão aprender a lidar com o sistema”, avisou.

Melhoria no site do TSE

O presidente da OAB-GO, Miguel Ângelo Cançado, enviou sugestão ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o objetivo de tornar o site da entidade mais prático. Cançado propôs que seja inserido na página inicial link para consulta de andamento de processos. “Tal providência, que é simples e prática, facilitará o trabalho de advogados e demais interessados na consulta de andamento de processos”, justifica. O Tribunal recebeu a sugestão e fez encaminhamento ao departamento responsável para avaliação e providências.

Literatura jurídica

Já está à disposição dos advogados, bacharéis, estudantes de Direito e operadores da Justiça de modo geral o livro *Questões Controvertidas no Novo Código Civil – Direito das Coisas*, volume 7, de autoria do conselheiro da OAB-GO, Ezequiel Morais e do advogado e professor de Pós-Graduação Diogo Bernardino, publicado pela Editora Método. A obra foi coordenada pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Jones Figueiredo Alves e pelo jurista Mário Delgado, da Universidade de São Paulo. O lançamento oficial ocorreu na Bienal do Livro, em São Paulo, no dia 14 de agosto deste ano. O conteúdo aborda tema que começa a gerar muita discussão nos tribunais: a constituição de garantia real no mútuo bancário – excesso e abuso do Direito. Trata-se, portanto, de bom material para leitura e consulta.

Advogado, profissional essencial

Ao proferir palestra para alunos do curso de Direito da Universidade Católica de Goiás, o presidente da OAB-GO, Miguel Ângelo Cançado, disse que sem advogado não há justiça e que a profissão é a única citada expressamente na Constituição Federal, no artigo 133, que diz que “o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”. O evento teve a participação de professores da instituição de ensino. Além da secretária-geral-adjunta da Seccional, Maria Lucila Ribeiro Prudente de Carvalho, do diretor-tesoureiro João Bezerra Cavalcante e dos conselheiros seccionais Flávio Buonoduce Borges e Júlio César do Vale Vieira Machado. Ainda em sua palestra, Cançado explicou que o Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei 8.906/94) é que regula a profissão e que não há como seguir carreira jurídica sem conhecer essa lei.

Campanha contra a corrupção



Termo de cooperação assinado pelo presidente da OAB-GO, Miguel Ângelo Cançado, pelo procurador-geral de Justiça de Goiás, Eduardo Abdon Moura, e pelo presidente da Associação Goiana do Ministério Público e promotor de Justiça Lauro Machado, garante o efetivo apoio da Seccional goiana da Ordem dos Advogados do Brasil ao movimento “O que você tem a ver com a corrupção”, lançado pelo Ministério Público em todo o País. A meta é atuar contra a banalização da corrupção no dia-a-dia, na construção e consolidação dos valores morais de toda a sociedade, com o objetivo de transformar uma cultura permeada por ‘jeitinhos’ e pelo malfadado jargão ‘levar vantagem em tudo’. Para saber mais, acesse o site www.oquevoctemavercorruptao.com.

Instituto de Criminologia

Já está em funcionamento o Instituto de Criminologia e Promoção da Cidadania (ICPC), presidido pelo delegado Edemundo Dias de Oliveira Filho, titular da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes contra o Consumidor (Decon). O lançamento ocorreu na primeira quinzena de setembro na sede administrativa da OAB-GO. O instituto é uma organização não-governamental pensada para discutir a cidadania e promover o debate acerca do problema da violência e da criminalidade. A proposta é chegar às causas do problema, além de oferecer saídas para a sociedade amenizar o quadro. Ainda durante a instalação do ICPC, Edemundo Dias lançou o livro *Segurança Pública Inteligente*, escrito em parceria com Celso Moreira Ferro Júnior, delegado de Polícia Civil do Distrito Federal, e Hugo Cezar Fraga Preto, ex-integrante da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Mudanças 1

No início de setembro, duas comissões da OAB-GO passaram por alterações em sua composição diretiva. A Comissão de Direito Ambiental, presidida por Carlos de Freitas Borges, conta agora com a atuação dos advogados Roberto Hidas e Ana Cristina de Assis Marçal, que tomaram posse durante sessão plenária ordinária do Conselho Seccional. Na ocasião, foi comunicada a renúncia de Marcos Antônio Mendes Costa da referida Comissão e do advogado Jônathas Silva, que deixou a presidência da Comissão de Estágio e Exame de Ordem. Na mesma sessão, o advogado Júlio César Meirelles foi eleito por aclamação e tomou posse como juiz do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-GO (TED).

Doação de alimentos

O Centro de Cultura, Esporte e Lazer (CEL) da OAB-GO arrecadou cerca de três toneladas de alimentos no 3º Jogos Abertos da Advocacia. Metade desse total foi doada ao Instituto Espírita Batuíra de Saúde Mental. A outra parte foi entregue, em forma de cesta básica, aos funcionários operacionais do CEL e da Estal, empresa que presta serviços de limpeza ao clube e à sede administrativa da OAB-GO. É a Ordem se preocupando também com as ações sociais em prol daqueles que mais necessitam.

Pagamento de advogados dativos

O governo estadual, por meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), liberou mais uma parcela no valor de R\$ 328.883,50 para pagamento de advogados dativos de Goiás. O valor beneficiará 118 profissionais que atuaram em 184 processos deferidos de 8 de maio a 27 de setembro de 2006. Esta é a quinta parcela das 18 anunciadas pelo governo, no mês de abril, para quitar a dívida total de R\$ 5,2 milhões do Estado com os dativos. No total foram liberados até agora R\$ 1,032 bilhão, beneficiando 868 advogados.

OABPrev em endereço provisório

O OABPrev está funcionando provisoriamente no prédio do OAB-Saúde (Rua 100, nº 104, 1º andar, Setor Sul, em Goiânia). A previsão é que permaneça neste local até o fim do ano. A mudança de endereço se deve às adequações que a Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag) está implementando na sede do OABPrev com o intuito de melhorar ainda mais o atendimento ao advogado e seus familiares. Os novos números de telefone são (62) 3221-0205 e 3221-0268. O fax é (62) 3221-0210.

Evento esportivo encerra Conat

Um evento esportivo que reuniu 14 times de futebol encerrou oficialmente a programação do 30º Congresso Nacional dos Advogados Trabalhistas (Conat). A competição foi realizada no Centro de Cultura, Esporte e Lazer (CEL) da OAB-GO. O time vencedor foi o Fenamoto, que recebeu o troféu Cezar Britto das mãos do conselheiro seccional Sebastião Macalé, presidente da Comissão de Cultura, Esporte e Lazer da OAB-GO. Os atletas Bruno Caiado e Rodrigo Prado, ambos do time Delcídes Futebol Clube, ganharam o troféu Artilheiro e Goleiro Menos Vazado, respectivamente.

Mudanças 2

O conselheiro seccional Júlio César do Valle Vieira Machado é o novo presidente da Comissão de Estágio e Exame de Ordem da OAB-GO. Júlio César tomou posse no referido cargo durante sessão plenária ordinária do Conselho Seccional da entidade no mês de setembro, em substituição ao advogado Jônathas Silva. Outras duas comissões da Seccional também sofreram mudanças. A advogada Maria Regina Oton Leite Umbelino de Souza passa a integrar a Comissão de Direitos Humanos, Acesso à Justiça e Direitos Sociais, presidida pelo conselheiro seccional Paulo Gonçalves; e o advogado Henrique de Medeiros Palmeira foi empossado como integrante da Comissão de Estudos Tributários, cujo presidente é Masayuki Missao.

Mudanças 3

A Escola Superior de Advocacia de Goiás (ESA-GO) conta com dois novos diretores-adjuntos. São eles: os conselheiros seccionais Flávio Buonaduce Borges e Pedro Paulo Guerra de Medeiros, que tomaram posse no mencionado cargo no dia 15 de outubro, durante sessão plenária ordinária do Conselho Seccional da OAB. Na ocasião, também foram empossados como integrantes da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB-GO os advogados Pedro Meireles Costa, Frederico Einstein B. Cordeiro Nunes, Cristina Aires Cruvinel Isaac, Felipe Melazzo de Carvalho, Pedro Vellasco A. de Amorim, Eurípedes Barsanulfo Lima, Alexandre Meirelles e Marília Costa Martins.



Maria do Socorro da Silva Rocha, 58 anos

Atuante na advocacia desde 1998, sempre na área de Direito Previdenciário, lamentou o fato de que os honorários de sucumbência não tenham o devido reconhecimento dos magistrados. “Lembro-me de que há algumas décadas esses valores não eram tão baixos. Mas, hoje, a situação se deteriorou muito”, opina. Ouvida na Sala da OAB-GO na Justiça Federal, a advogada considerou fundamental a OAB-GO ter lançado uma campanha que promova o pagamento de honorários mais justos, estimulando os profissionais a aderirem à causa. “Em processos de custo bastante elevado os juízes arbitram no máximo em R\$ 400 o valor a ser pago ao advogado. Isso é um absurdo”, protesta.



Alvacir de Oliveira Berquo, 33 anos

“Os honorários de sucumbência representam a verba alimentar do advogado. É com esse dinheiro que o profissional paga suas contas”. Indignado, Alvacir Oliveira também gostaria que a situação fosse revertida o mais rápido possível. Com oito anos de experiência no Direito e militante nas áreas civil, criminal e previdenciária, ele considera aviltados os valores atualmente estipulados pelos juízes. “Segundo o que determina o Código de Processo Civil, o magistrado deveria fixar percentual variável entre 10% e 20% no valor total de uma condenação, mas, infelizmente, isso não ocorre”, criticou, em entrevista concedida na Sala da OAB-GO na Justiça Federal. Alvacir de Oliveira acredita que deveria haver mais seriedade do juiz ao tratar uma questão séria como a de honorários de sucumbência, exatamente o que pretende a campanha da Seccional.



Rodolfo Luiz de Souza Carvalho Domingues, 24 anos

Há uma unanimidade quanto à excelente infra-estrutura oferecida pelo Centro de Cultura, Esporte e Lazer (CEL) da OAB-GO. É o caso do jovem advogado Rodolfo Luiz Domingues, um ano e oito meses de profissão. Atuante nas áreas bancária, trabalhista e do consumidor, frequenta com os colegas o CEL duas vezes por mês, especialmente a piscina, a sauna, a academia de ginástica e o campo de futebol (adora “brincar” com os amigos de vez em quando). “É um espaço magnífico, onde podemos utilizar uma série de equipamentos e praticar várias modalidades esportivas”, comentou. Outro detalhe chama a atenção: o número de eventos que o CEL realiza. E cita as pescarias, verdadeiras “terapias” das quais, quando o tempo permite, sempre procura participar. Ele também elogiou a infra-estrutura da Sala da OAB-GO no Tribunal de Justiça

Galeria

Com o objetivo de homenagear e valorizar advogados que presidiram a entidade, a diretoria atual da Subseção da OAB-GO de Jataí inaugurou no mês de setembro, na própria sede, a Galeria de Ex-Presidentes, contendo fotos de oito agraciados. São eles: Idis Paulo de Queiroz (fundador e primeiro presidente da Subseção), Martiniano José da Silva, Galeno Godoy Garcia, Sebastião de Assis Garcia, Naton Marques de Freitas, Ernani Zaiden França, Francisco Barbosa Garcia e Ayres Furquim Cabral Júnior. A cerimônia de inauguração contou com a presença do presidente da OAB-GO, Miguel Cançado; do vice-presidente, Henrique Tibúrcio Peña; do diretor-tesoureiro João Bezerra Cavalcante; do conselheiro seccional Reginaldo Martins; do presidente da Subseção Mário Ibrahim do Prado; e conselheiros seccionais Júlio César Vieira Machado, Flávio Borges Buonaduce, Juverci Felício, Adílio Evangelista, Paulo Gonçalves e Eurico de Souza.

Sucumbência é tema de palestra

O vice-presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio Peña, proferiu palestra sobre honorários de sucumbência na Subseção de Morrinhos, quando ofereceu informações claras e objetivas sobre o empenho da Seccional goiana em assegurar aos profissionais da advocacia o pagamento correto de seus honorários pelas partes que perdem ações. Henrique Peña é o coordenador da campanha por "Honorários de Sucumbência Justos", lançada pela OAB-GO no dia 11 de agosto deste ano e que objetiva, primordialmente, conscientizar os magistrados sobre a importância da verba sucumbencial para os profissionais da advocacia. O evento, promovido pela Escola Superior de Advocacia de Goiás (ESA-GO), contou com a participação de dezenas de profissionais de Morrinhos e cidades vizinhas, que se mostraram muito interessados pelo tema.

Sala da OAB-GO em Corumbáiba

Está em funcionamento desde o mês de setembro a sala da OAB-GO no Fórum de Corumbáiba, cidade localizada no sul do Estado. Trata-se de mais um espaço de apoio ao exercício profissional para os advogados goianos. A solenidade de inauguração contou com a presença de Wisner Araújo de Almeida, delegado da OAB-GO no município, e de Carlos

Martins, presidente da Subseção de Caldas Novas (à qual está jurisdicionada a delegacia da Seccional de Corumbáiba), além de vários advogados da região, juízes, promotores, delegados de polícia e autoridades civis e militares. É a Ordem procurando descentralizar e ampliar os serviços para melhor atender advogados e usuários da justiça em geral.



Advogado, a extensão do seu escritório é o Anexo Aviso Urgente.

Um espaço reservado para você, com novas e modernas instalações!

SERVIÇOS JURÍDICOS NA COMARCA DE GOIÂNIA

- Suporte de acesso ao sistema PROJUDI;
 - Protocolização de petições;
 - Digitalização de petições e outros documentos;
 - Extração de cópias de peças processuais*;
 - Retirada de certidões;
 - Retirada de guias para pagamento de custas;
 - Consulta de fase e andamento em processos judiciais;
 - Backup de publicações anteriores até 1 ano, exclusivo para clientes;
 - E outros serviços.
- * Exceto processos que correm em segredo de justiça.

MAIOR COMODIDADE E
AGILIDADE PARA O
PROFISSIONAL DO DIREITO

INFRA-ESTRUTURA

- Sala para reuniões;
- Computadores com acesso à Internet;
- Impressoras, copiadoras, fax e scanner.

OT - Aviso Urgente Publicações



PUBLICAÇÃO DE EDITAIS

Publicação de editais, atas, balanços, licitações, convocações e outros nos Diários Oficial e da Justiça e nos jornais de grande circulação em Goiás e Tocantins.

e-mail: editais@aup.com.br





Solenidade de encerramento da XX Conferência Nacional dos Advogados em Natal



Karine Domingues Machado, Júlio César do Valle Vieira Machado, Aline Leão e Ricardo Paiva de Leão na Conferência



Advogado Egmar Oliveira e integrantes da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça durante Conferência



Palestrante Edis Milaré e integrantes da Comissão de Direito Ambiental



Diretores da OAB-GO recebem primeira servidora da instituição, dona Regina Souza da Costa e seus familiares



Alcimínio Simões, Filemon Santana e Mário Ibrahim durante o XX Colégio Estadual de Presidentes de Subseções da OAB-GO



Levi de Alvarenga e Enil Henrique de Souza Filho



Simone Sousa Prado, Joana D'arc Barcellos Ribeiro e Neomfisia Maria Moreira durante encontro de presidentes

A OAB defende esta causa por você, pelo reconhecimento do seu trabalho.

A OAB está realizando uma grande campanha de conscientização sobre a importância dos honorários de sucumbência e a necessidade da atribuição de valores mais justos. A mobilização é desenvolvida em três frentes: uma voltada à sensibilização dos juízes, responsáveis pelo arbitramento dos honorários; a segunda direcionada a apoiar projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, que visam estabelecer critérios mais rígidos para fixação dos mesmos; e a terceira, a participação da própria categoria no sentido de difundir e se engajar na campanha.

Esta causa interessa a todos.

Campanha por honorários de sucumbência justos

Apóie a sua causa e recorra
das decisões que não estabelecem
honorários de sucumbência justos.



OAB 
ISO 9001



Faça uma criança **Feliz** doando livros infantis e gibis neste **Natal!**



POSTOS DE ARRECADAÇÃO:

Sede da OAB-GO, ESA-GO, CASAG,
CEL, Salas da OAB-GO

Os livros e gibis poderão ser doados até o dia 19/12



Informações: (62) 3238-2000

Realização:



Destinado à
Mulher
ADVOGADA



www.oabgo.org.br